

EDITAL Nº 90006 2026/2026

Processo nº 00611137.000001/2026-40

Edital

Processo nº 00611137.000001/2026-40

EDITAL Nº 90006/2026

PREGÃO ELETRÔNICO nº 90006/2026

(Processo SEI nº 00611137.000001/2026-40)

CONTRATANTE:

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO DE VASCONCELOS MAIA – HRTVM - **UASG: 927052**

OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a seleção da proposta mais vantajosa para a aquisição de bronquinhos (coletores de secreção), fixadores de tubo orotraqueal e demais materiais destinados ao manejo de vias aéreas, a serem utilizados nas Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) e enfermarias do Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia, **Exclusivo para Microempresas, Empresa de Pequeno Porte ou Cooperativas**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

MODALIDADE:

Pregão Eletrônico.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

Aquisição de materiais de consumo destinados ao manejo de vias aéreas nas Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) e enfermarias do Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia, unidade integrante da Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte (SESAP/RN), pelo período de 10 (dez) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e demais documentos do certame, com fundamento na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente no que dispõe sobre o Pregão como modalidade de licitação (art. 28, inciso II, e art. 6º, inciso LV), e demais normas aplicáveis.

Destaca-se que este processo licitatório (SEI nº 00611137.000001/2026-40), deflagrado pelo Setor de Fisioterapia do Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia, em conjunto com a equipe técnica demandante, tem como objetivo garantir a execução de rotinas e processos de trabalho, bem como a segurança dos profissionais assistenciais e dos pacientes, por meio dos itens descritos neste estudo.

A inexistência e/ou precariedade dos itens mencionados acarreta falhas na garantia da continuidade das rotinas assistenciais. Portanto, a escassez desses materiais pode levar à interrupção dos serviços, além de prejudicar o maior interessado nesta contratação: os pacientes, funcionários e acompanhantes assistidos por esta unidade hospitalar.

A abertura deste caderno processual justifica-se pela necessidade de manter o padrão de qualidade e eficácia nos processos assistenciais voltados ao público-alvo desta instituição pública. Além disso, tais materiais subsidiarão as demandas internas da cadeia de recebimento, armazenamento e distribuição, sendo instrumentos essenciais para a eficiência da assistência prestada.

VALOR ESTIMADO:

O orçamento estimado para a contratação terá caráter sigiloso, sendo tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da fase de lances, posterior à adjudicação do objeto. Essa medida não prejudica a divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

A presente licitação será realizada com critério de julgamento de **menor preço por item**, conforme disposto nos artigos 6º, XLI, e 29 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de bens e serviços comuns, com especificações usuais no mercado.

FORMA DA DISPUTA:

Disputa em sessão pública na forma eletrônica.

Local (plataforma): <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

Pregoeiro da disputa: Manoel Jácome de Lira

Equipe de Apoio: Laurismar Gomes da Costa

Lillian Kelly Rocha da Fonseca Moraes

Luiz Gonzaga de Azevedo Júnior

MODO DE DISPUTA:

[Aberto]

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:

[SIM]

MARGENS DE PREFERÊNCIA:

Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.

REFERÊNCIA DE TEMPO:

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 13/05/2026

HORÁRIO: 09:00 horas

LOCAL: www.comprasnet.gov.br

CÓDIGO UASG: 927052

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:

Endereço: Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia

CNPJ: 08.241.754/0104-50

Rua Projetada, S/N, Bairro Aeroporto – CEP 59607-100 – Mossoró/RN

E-mail: cpl.hrtm@saude.rn.gov.br

Portal: www.compras.rn.gov.br

Sistema Federal: www.gov.br/compras – Acesso Identificado sob a **UASG nº 927052**

Torna-se público que o **Governo do Estado do Rio Grande do Norte**, por intermédio da **Secretaria de Estado da Saúde Pública - SESAP**, através do **Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia - HRTVM**, inscrito no CNPJ sob o nº **08.241.754/0104-50** e sediado na **Rua Projetada, S/N, Bairro Aeroporto, CEP 59607-100, Mossoró/RN**, por meio de seus Agentes de Contratação devidamente designados pela **PORTARIA SEI nº 2200, de 29 de julho de 2024**, publicada no Diário Oficial do Estado nº 15.720, de 31 de julho de 2024, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, em sua forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento do tipo **menor preço por item**.

O certame reger-se-á pelos termos da **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, do **Decreto Estadual nº 32.449, de 07 de março de 2023**, da **Lei Complementar Estadual nº 675, de 06 de novembro de 2020**, e demais legislações aplicáveis.

REFERENCIAL

1. DO OBJETO.
2. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.
4. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.
7. DA FASE DE JULGAMENTO.
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.
9. DA FORMA E DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PROPONENTE
10. DAS DECLARAÇÕES EXIGIDAS PARA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO.
11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS.
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.
13. DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO CONTRATUAL.
14. DA ENTREGA DO OBJETO CONTRATUAL.
15. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
16. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

17. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO CONTRATUAL E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

18. DO REAJUSTE, DA REPACTUAÇÃO E DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

19. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

1- DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a seleção da proposta mais vantajosa para a **aquisição de bronquinhos (coletores de secreção), fixadores de tubo orotraqueal** e demais materiais destinados ao manejo de vias aéreas, a serem utilizados nas Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) e enfermarias do Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia, **Exclusivo para Microempresas, Empresa de Pequeno Porte ou Cooperativas**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. Os materiais serão adquiridos para atender a demanda das Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), enfermarias e demais setores da unidade hospitalar, pelo período estimado de 10 (dez) meses, conforme detalhamento constante no Termo de Referência.

1.3. A licitação será dividida em **itens**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, e 29 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de bens comuns, com especificações usuais no mercado.

Item	Descrição detalhada	Unidade de Medida	Quantidade
1	Sonda de aspiração traqueal nº 12 Sonda estéril descartável para aspiração de secreções traqueais, confeccionada em PVC atóxico, flexível, com orifícios laterais e conector universal, indicada para aspiração de vias aéreas.	Unidade	11.000
2	Sonda de aspiração traqueal nº 14 Sonda estéril descartável para aspiração de secreções traqueais, confeccionada em PVC atóxico, flexível, com orifícios laterais e conector universal, indicada para aspiração de vias aéreas.	Unidade	17.600
3	Coletor de secreção (bronquinho) 40 mL Coletor de secreção tipo bronquinho, capacidade aproximada de 40 mL, estéril ou não estéril conforme uso, com conexões padrão para sistema de aspiração hospitalar.	Unidade	700
4	Fixador para tubo endotraqueal Dispositivo para fixação segura de tubo endotraqueal, confeccionado em material macio e ajustável, que permita estabilização do tubo e redução de risco de extubação acidental.	Unidade	2.200
5	Fixador para cânula de traqueostomia Dispositivo para fixação de cânula de traqueostomia, confeccionado em material confortável e resistente, ajustável, que assegure estabilidade da cânula e conforto ao paciente.	Unidade	1.300
6	Cânula de traqueostomia c/ cânula interna - 7,0 mm Cânula de traqueostomia com		

	cânula interna removível, diâmetro interno de 7,0 mm, confeccionada em material biocompatível, estéril, indicada para manutenção de vias aéreas artificiais.	Unidade	70
7	Cânula de traqueostomia c/ cânula interna - 7,5 mm Cânula de traqueostomia com cânula interna removível, diâmetro interno de 7,5 mm, confeccionada em material biocompatível, estéril, indicada para manutenção de vias aéreas artificiais.	Unidade	140
8	Cânula de traqueostomia c/ cânula interna - 8,0 mm Cânula de traqueostomia com cânula interna removível, diâmetro interno de 8,0 mm, confeccionada em material biocompatível, estéril, indicada para manutenção de vias aéreas artificiais.	Unidade	140
9	Cânula de traqueostomia c/ cânula interna - 8,5 mm Cânula de traqueostomia com cânula interna removível, diâmetro interno de 8,5 mm, confeccionada em material biocompatível, estéril, indicada para manutenção de vias aéreas artificiais.	Unidade	140
10	Filtro bacteriano HMEF para tubo endotraqueal - adulto Filtro bacteriano e viral do tipo HMEF, para uso adulto, destinado a aquecimento, umidificação e filtração do ar em pacientes com via aérea artificial.	Unidade	2.580
11	Filtro para traqueostomia - adulto Filtro para traqueostomia, uso adulto, destinado à proteção das vias aéreas, retenção de partículas e auxílio na umidificação do ar inspirado.	Unidade	180
12	Dispositivo para treinamento muscular inspiratório Dispositivo destinado ao treinamento muscular inspiratório, com carga ajustável, utilizado em reabilitação respiratória para fortalecimento da musculatura inspiratória.	Unidade	10
13	Dispositivo para treinamento muscular expiratório Dispositivo destinado ao treinamento muscular expiratório, com resistência ajustável, utilizado em reabilitação respiratória para fortalecimento da musculatura expiratória.	Unidade	08

* Valor adotado por similaridade técnica, considerando mesma família de produto, com variação apenas de diâmetro.

2. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

2.1. Os bens e serviços a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens e serviços comuns, nos termos do inciso XIII, do art. 6º, da Lei 14.133, de 2021.

2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 32.449, de 07 de março de 2023.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI e equiparados, nos limites previstos do art 2º da Lei Complementar Estadual 675, de 2020. Considera-se seus destinatários:

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.5.2 - microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP): a sociedade empresária a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2022 (Código Civil), desde que cumpridos os requisitos definidos no art. 3º da Lei Complementar Federal 123, de 2006 (Art. 2º, I, LC 675/2020);

3.5.3 - microempreendedor individual (MEI): o empresário individual quer optar por pertencer a essa categoria, nos termos e requisitos dos arts. 18-A e 18-C da Lei Complementar nº 123, de 2006, passando a possuir o status de microempresa para todos os efeitos desta Lei Complementar (Art. 2º, II, LC 675/2020);

3.5.4 - agricultor familiar e empreendedor familiar rural: aquele que atender aos requisitos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (Art. 2º, III, LC 675/2020);

3.5.5 - produtor rural pessoa física: aquele que atender aos requisitos do art. 22-A da Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Art. 2º, IV, LC 675/2020);

3.5.6 - sociedade cooperativa de consumo: aquele que atender aos requisitos das Leis Federais nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e nº 11.488, de 15 de junho de 2007 (Art. V, 2º, LC 675/2020);

3.5.7 - empreendimentos de economia popular solidária: são as empresas de autogestão, as cooperativas, as associações, os pequenos produtores rurais e urbanos, os grupos de produção e outros que atuem por meio de organizações e articulações locais, estaduais e nacionais, nos termos da Lei Federal nº 8.798, de 22 de fevereiro de 2006. (Art. 2º, VI, LC 675/2020);

3.5.8 - negócios de impacto social: empreendimentos com o objetivo de gerar impacto socioambiental e resultado financeiro e/ou econômico positivo de forma sustentável, na forma da Lei Estadual nº 10.483, de 04 de fevereiro de 2019 (Art. 2º, VII, LC 675/2020);

3.5.9 - pessoa física que possua profissão reconhecida: é equiparada ao microempreendedor individual, à microempresa ou à empresa de pequeno porte, nos limites definidos pelo art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006 (Art. 2º, VIII, LC 675/2020);

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.3.1. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.6.3.2. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.6.3.3. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto

executivo, nos demais regimes de execução.

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.4.1. O impedimento de que trata o subitem anterior também será aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.8.1. A vedação de que trata o caput estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.9.1. O presente certame se trata de uma licitação envolvendo bem comum e que a complexidade do objeto já faz parte da rotina tradicional do Hospital, optou-se pela não participação de empresas reunidas em consórcio, vez que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica. Como o presente modelo foi elaborado com foco no dia a dia da Administração, consignou-se a vedação.

3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá às fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, preferencialmente, em campo próprio do sistema eletrônico ou por declaração específica, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021, bem como da Lei Complementar Estadual nº 675, de 2020.

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação no sistema do

campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar Estadual nº 675, de 2020, bem como à Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade da declaração do enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.11.2. percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário e total de cada item e valor total da proposta;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Catálogo/Folder dos produtos ofertados.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas,

quando participarem de licitações públicas;

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (Um centavo de real)** para os **ITENS: 01, 02, 05, 10 e 11**; de **R\$ 0,10 (Dez centavos de real)** para os **ITENS: 03, 04, 06, 07, 08 e 09**; de **R\$ 1,00 (Um real)** para os **ITENS: 12 e 13**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 20 (vinte) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá conforme o modo de disputa adotado.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto no art 42 da Lei Complementar Estadual nº 675, de 2020 e nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF (<https://www.comprasnet.gov.br>);

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação no SICAF do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação por registro de possível Ocorrência Impeditiva Indireta.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, conforme os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.12. A aceitabilidade da proposta estará condicionada ao PARECER TÉCNICO, que será solicitado pelo pregoeiro ao setor de FISIOTERAPIA do Hospital Regional Tarcísio Maia, além da análise documental, conforme especificações do Termo de Referência.

7.13. O(s) resultado(s) do(s) parecer(es) técnico(s) serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada através de cartório competente ou por e-mail: cpl.hrtm@saude.rn.gov.br

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais, não-digitais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo de [no mínimo 2 (duas) horas], prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PROPONENTE

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço por item**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.1.2. Nas licitações promovidas pela SESAP, deverão constar das propostas de preços as regras tributárias aplicáveis, inclusive quanto ao ICMS, conforme legislação estadual pertinente.

9.2. Exigências de habilitação

9.2.1. Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar os requisitos jurídicos previstos na legislação e no edital, inclusive aqueles descritos nos subitens seguintes.

9.3. Habilitação jurídica

9.3.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.3.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.3.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.3.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

9.3.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.3.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, mediante apresentação dos estatutos sociais e suas alterações posteriores de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

9.3.9. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 3º, §2º do Decreto nº 11.476, de 6 de abril de 2023](#).

9.3.10. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

9.3.11. A autorização para o exercício da atividade de distribuidor e fabricante, de artigos médico hospitalares, será feita pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa e de licenciamento dos estabelecimentos pelo órgão competente de saúde dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, observados os requisitos técnicos definidos em regulamento desses órgãos, conforme Decreto nº 8077 de 14 de agosto de 2013, no seu CAPÍTULO II, Art. 2º e 3º:

Art. 2º O exercício de atividades relacionadas aos produtos referidos no art. 1º da Lei nº 6.360, de 1976, dependerá de autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa e de licenciamento dos estabelecimentos pelo órgão competente de saúde dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, observados os requisitos técnicos definidos em regulamento desses órgãos.

Parágrafo único. As atividades exercidas pela empresa e as respectivas categorias de produtos a elas relacionados constarão expressamente da autorização e do licenciamento referidos no caput.

Art. 3º Para o licenciamento de estabelecimentos que exerçam atividades de que trata este Decreto pelas autoridades dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, o estabelecimento deverá: I - possuir autorização emitida pela Anvisa de que trata o caput do art. 2º ; II - comprovar capacidade técnica e operacional, e a disponibilidade de instalações, equipamentos e aparelhagem imprescindíveis e em condições adequadas à finalidade a que se propõe; III - dispor de meios para a garantia da qualidade dos produtos e das atividades exercidas pelo estabelecimento, nos termos da regulamentação específica; IV - dispor de recursos humanos capacitados ao exercício das atividades; e V - dispor de meios capazes de prevenir, eliminar ou reduzir riscos ambientais decorrentes das atividades exercidas pelo estabelecimento que tenham efeitos nocivos à saúde.

9.3.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

9.4.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.4.6. Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.4.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.4.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal

9.5. Qualificação Econômico-Financeira

9.5.1. Certidão negativa de insolvência civil, quando cabível.

9.5.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.5.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício e demais demonstrações contábeis exigíveis, obtidos pelas fórmulas já previstas neste Termo de Referência.

9.5.3.1. A exigência dos índices econômico-financeiros acima indicados justifica-se pela necessidade de aferir capacidade mínima de solvência e equilíbrio financeiro do licitante, considerando que o objeto envolve fornecimento parcelado de materiais essenciais à continuidade da assistência hospitalar, cujo eventual inadimplemento pode acarretar risco de desabastecimento e prejuízo ao serviço público.

9.5.3.2. Os parâmetros fixados refletem patamares ordinariamente adotados em contratações públicas e guardam proporcionalidade com a natureza comum do objeto, não impondo restrição indevida à competitividade.

9.5.4. Caso o licitante apresente resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices previstos no subitem anterior, poderá ser exigido capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor estimado da contratação, nos termos da legislação vigente.

9.5.5. A exigência subsidiária prevista neste item visa resguardar a execução contratual e será aplicada de forma proporcional ao vulto econômico da contratação.

9.5.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

9.5.7. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º](#))

9.5.8. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.5.9. Comprovação de cumprimento das cotas legais de aprendizes e pessoas com deficiência, nos termos da legislação estadual aplicável.

9.6. Qualificação Técnica

9.6.1. Considerando que os objetos licitados estão submetidos ao regime de vigilância sanitária, o licitante deverá comprovar regularidade sanitária compatível com as atividades de fabricação, distribuição, armazenamento ou comercialização de produtos médico-hospitalares.

9.6.2. O licitante deverá apresentar, no que couber:

9.6.2.1. Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente;

9.6.2.2. Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, quando exigível pela legislação sanitária;

9.6.2.3. Registro do produto perante a ANVISA, cadastro regular ou documento formal de dispensa/isenção, conforme enquadramento regulatório do item ofertado.

10. DAS DECLARAÇÕES EXIGIDAS PARA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. Serão exigidas, no momento da assinatura do contrato, as seguintes Declarações:

10.2. COTAS DE APRENDIZES:

10.2.1. Comprovação do preenchimento da cota de aprendizes prevista no art. 429 do Decreto-Lei 5.452, de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), equivalente ao percentual de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do total de empregados contratados pela licitante. (Decreto Estadual nº 30.753, de 22 de julho de 2021, alterado pelo Decreto nº 31.902, de 09 de setembro de 2022).

10.2.2. A comprovação de que trata o subitem anterior será atestada mediante declaração firmada pelo responsável legal da empresa, acompanhada dos registros de contratação dos aprendizes, ocultando se os respectivos dados pessoais, em conformidade com a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);

10.3. VAGAS PARA DEFICIENTES FÍSICOS:

10.3.1. No ato de contratação com o Estado do Rio Grande do Norte, relativamente a bens, serviços e obras, bem como durante a vigência dos respectivos contratos, as empresas deverão comprovar o cumprimento da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que em seu artigo 93 estabelece a obrigatoriedade de preenchimento no quadro de funcionários da empresa com 100 ou mais empregados, com beneficiários reabilitados ou com pessoas com deficiência, (2% até 200 empregados até 5% a partir de 1.001 empregados).

10.3.2. Incumbe às empresas licitantes, quando for o caso, comprovar que não se enquadram nas obrigatoriedades estabelecidas no Decreto-Lei nº 5.452/1940 (CLT), regulamentado pelo Decreto Federal nº 9.579/2018 e na Lei Federal nº 8.213/1991, bem como expor os motivos de eventual descumprimento, na hipótese de serem obrigadas à observância das leis e decretos mencionados

11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://sei.rn.gov.br/sip/login.php?sigla_orgao_sistema=SEAD&sigla_sistema=SEI.

12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante ou a Contratada será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações e da seguinte forma:

ATO	POSSÍVEL SANÇÃO
Dar causa à inexecução parcial do contrato	Advertência
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar e contratar
Dar causa à inexecução total do contrato	Impedimento de licitar e contratar
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame	Impedimento de licitar e contratar
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Impedimento de licitar e contratar
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Impedimento de licitar e contratar
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	Impedimento de licitar e contratar
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
	Declaração de

Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato	inidoneidade para licitar ou contratar
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

12.1. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, as seguintes sanções:

- 12.1.1. advertência;
- 12.1.2. multa;
- 12.1.3. impedimento de licitar e contratar;
- 12.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista de Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista de Multa, calculada em caso de atraso na entrega dos produtos, será cobrada multa no valor de 0,5% por dia de atraso, calculada sobre o valor total dos itens em mora, limitada a 60 (sessenta) dias.

§ 4º A sanção prevista do Impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista da Declaração de Inidoneidade será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida da Declaração de Inidoneidade quando aplicada pela SESAP, ela será de competência exclusiva do Secretário Estadual de Saúde Pública e será precedida de análise jurídica.

§ 7º As sanções previstas da Advertência, Impedimento de licitar e contratar e Declaração de Inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a de Multa.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.2. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.3. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido pela Comissão de Gerenciamento de Contratos, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou a Contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Comissão, o licitante ou a Contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 2º Serão indeferidas pela Comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

- I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o item 11.4;
- II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- III - suspensão por decisão judicial que inviabiliza a conclusão da apuração administrativa.

12.4. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.5. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.6. A SESAP deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

Parágrafo único. Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2023, a SESAP regulamentou a forma do cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

12.7. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada a multa de mora, na forma prevista neste Termo de Referência ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a SESAP a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

12.8. É admitida a reabilitação do licitante ou a Contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- 12.8.1. reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- 12.8.2. pagamento da multa;
- 12.8.3. transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- 12.8.4. cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- 12.8.5. análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou Contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13 - DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO CONTRATUAL

13.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.2 Em caso de impedimento, ordem de paralização ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

13.3 As comunicações entre a Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

13.4 O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

13.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Contratante poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

13.6. Do fiscal de contrato

13.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117)

13.6.2. Além das regras relativas à atuação do fiscal de contrato, previstas no § 3º do art. 8º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, caberá ao fiscal de contrato e, ao seu substituto nas hipóteses de seus afastamentos e impedimentos legais (Decreto Estadual 32.449, de 2023, art. 48):

13.6.2.1. prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas

competências;

13.6.2.2. anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

13.6.2.3. fiscalizar a execução do contrato, para serem cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;

13.6.2.4. comunicar o gestor do contrato em tempo hábil o término do contrato sob sua responsabilidade, visando à tempestiva renovação ou prorrogação contratual;

13.6.2.5. exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho, quando for o caso;

13.6.2.6. manter contato com o preposto da Contratada, e caso necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;

13.6.2.7. efetivar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

13.6.2.8. sugerir à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

13.6.2.9. notificar formalmente à Contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema;

13.6.2.10. desempenhar outras atividades compatíveis com a função.

13.6.3. O fiscal de contrato registrará em documento próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, assim como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos identificados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis (Decreto Estadual nº 32.449 de 2023, art.49).

13.6.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:

13.6.4.1. os resultados obtidos em relação à Contratada, com a conferência dos prazos de execução e da qualidade demandada;

13.6.4.2. os recursos humanos aplicados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

13.6.4.3. a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

13.6.4.4. a conformidade dos serviços fornecidos à prática de execução determinada;

13.6.4.5. o cumprimento dos demais deveres decorrentes do contrato;

13.6.4.6. a satisfação do público usuário.

13.6.5. O fiscal do contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço.

13.6.6. Em havendo o subdimensionamento de que trata o 6.8.2, o fiscal do contrato deverá comunicar à autoridade responsável para que promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os requisitos de alteração previstos no Capítulo VII do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.6.7 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada deles, conforme o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como:

13.6.7.1. marca;

13.6.7.2. qualidade;

13.6.7.3. forma de uso.

14 - DA ENTREGA DO OBJETO CONTRATUAL

14.1. Condições de Entrega:

14.1.1. O prazo de entrega deverá ser, no máximo, de 20 (vinte) dias corridos, a contar da data do recebimento da Nota de Empenho.

14.1.2. Os itens, objeto desta aquisição, deverão ser entregues das 08:00 às 12:00 e segunda a sexta-feira, nas unidades descritas abaixo, devendo o ônus da entrega do material, inclusive frete, ser por conta exclusiva da CONTRATADA.

- **Hospital Regional Tarcísio Maia** - Rua projetada, S/Nº - Bairro Aeroporto - CEP: 59607-100 - Mossoró-RN - Setor: CAF

14.1.3. As entregas serão **divididas em até 03 (três) parcelas dimensionadas** de acordo com a necessidade e a critério da **CONTRATANTE**.

14.1.3.1. Não caberá a **CONTRATADA** usar dessa possibilidade para retardar a entrega e no caso de ocorrência, incidirá as sanções administrativas e penalidades.

14.2. A solicitação será feita pelo setor de Fisioterapia ou Coordenação da Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) da unidade à CONTRATADA mediante contato por correio eletrônico ou outro sistema telemático a critério da

CONTRATANTE.

14.3. É de responsabilidade da transportadora/laboratório a contratação de mão de obra para efetuar a descarga do veículo, separando os produtos por tipo, validades, lotes, e acomodar os volumes no palete, caso a carga esteja paletizada como indicado pelo fabricante. A falta de ajudantes acarretará na devolução da entrega, o mesmo acontecerá se estiverem sem EPI's.

14.4. A SESAP não realiza nenhuma cobrança monetária para recebimento de cargas. Qualquer transação comercial de contratação de ajudantes não é de responsabilidade da SESAP e não pode ocorrer nas instalações dos locais de recebimento. Cobranças indevidas podem ser denunciadas pelos canais de ouvidoria do SUS - pelo preenchimento de formulário no site www.saude.rn.gov

14.5. Os produtos entregues serão de fabricação recente, com **prazo de validade não inferior a 12 (doze) meses**, quando da entrega dos mesmos, ou seja, uma vida útil não inferior ao período de um ano a partir da entrega dos produtos na unidade solicitante, exceto nos casos previstos em legislação específica.

14.6. A Nota Fiscal deve conter: denominação genérica conforme a Nota de Empenho e o seu respectivo nome comercial (quando houver), lote, validade, unidade de fornecimento, quantidade, valor unitário, valor total, número de empenho, número do processo e número da Ata de Registro de Preços (quando houver). Não será aceito nome comercial na Nota Fiscal, caso isso ocorra motivará o não recebimento do produto;

14.7. Os bens serão **recebidos provisoriamente** no ato da entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.8. Os bens serão **recebidos definitivamente**, independente do valor, em até 10 dias após entrega total dos itens do empenho, **após a verificação da qualidade e quantidade do material**.

14.9. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

14.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

14.11. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10(dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

14.12. Caixas violadas ou molhadas, ausência na identificação do lote e validade nos produtos, mesmo que detectados após o recebimento provisório, poderão ser rejeitados, no todo em parte, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

15. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1. Recebimento do Objeto

15.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

15.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

15.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

15.1.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

15.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

15.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento

15.1.7. O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

15.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

15.2. Liquidação

15.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

15.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 15.3.1. o prazo de validade;
- 15.3.2. a data da emissão;
- 15.3.3. os dados do contrato, da Contratada e da Contratante;
- 15.3.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 15.3.5. o valor a pagar; e
- 15.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante;

15.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

15.6.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

15.6.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito da Contratante, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

15.6.3. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

15.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.8. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

15.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

15.10. Prazo de pagamento

15.10.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa

15.10.2. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

15.11. Forma de pagamento

15.11.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

15.11.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.11.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.11.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

15.11.4. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15.12. Antecipação de pagamento

15.12.1. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

16 - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação, nos termos do caput do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece:

“A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.”

16.1.1. A decisão de não exigir garantia de execução fundamenta-se nos critérios legais e na avaliação do presente processo, considerando o baixo vulto financeiro da contratação, o baixo nível de complexidade técnica, o baixo risco de execução, a natureza do objeto, a ampliação da competitividade e estímulo à participação mercadológica, bem como a observância das garantias legais já previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e no Termo Contratual.

16.1.2. A não exigência de garantia de execução não exime a Contratada das responsabilidades contratuais e legais

decorrentes do contrato, que deverão ser integralmente cumpridas, sob pena de aplicação das sanções previstas na legislação e no Termo Contratual.

17 - DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO CONTRATUAL E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

17.1. O prazo de garantia contratual dos produtos, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

17.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

17.3. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

18 - DO REAJUSTE, DA REPACTUAÇÃO E DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

18.1. Do Reajuste

18.1.1. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis durante os primeiros 12 (doze) meses de vigência do contrato, contados da data do orçamento estimado que fundamentou a contratação, conforme dispõe o art. 134, § 1º, III, da Lei nº 14.133/2021.

18.1.2. Após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado, poderá ser concedido reajuste, mediante solicitação formal da contratada, com base em índice de preços geral que reflita a variação efetiva dos custos do objeto contratado, nos termos do art. 25, § 7º, art. 92, § 7º, e art. 134 da Lei nº 14.133/2021.

18.1.3. Para fins de atualização, será utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (IBGE), exclusivamente para as obrigações cuja execução ocorra após a ocorrência da anualidade.

18.1.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste concedido.

18.1.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, será aplicado provisoriamente o último índice conhecido, devendo ser efetuada a compensação de eventuais diferenças tão logo seja divulgado o índice definitivo. A contratada deverá apresentar memória de cálculo referente ao reajuste sempre que este ocorrer.

18.1.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o índice oficial que vier a ser determinado pela legislação vigente; na ausência de previsão legal, as partes elegerão, de comum acordo, novo índice oficial por meio de termo aditivo.

18.1.7. O reajuste será formalizado por apostilamento, conforme art. 137, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

18.2. Da Repactuação

18.2.1. Nos contratos de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, será admitida a repactuação visando à adequação dos valores do contrato para a recomposição da variação efetiva dos custos de mão de obra, desde que:

- a) seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses a contar da data do orçamento que fundamentou a proposta;
- b) haja solicitação formal e comprovação analítica da variação dos custos pela contratada;
- c) seja comprovada a ocorrência de fatos novos, devidamente justificados e documentados, que alterem os custos de mão de obra.

18.2.2. A repactuação será formalizada mediante termo aditivo ao contrato.

18.3. Da Atualização Monetária

18.3.1. Os pagamentos efetuados com atraso em relação à data prevista no contrato serão corrigidos monetariamente desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento, com base na variação do índice oficial aplicado à atualização dos débitos da Fazenda Pública (IPCA-E ou outro que venha a substituí-lo), acrescidos de juros legais, conforme art. 137, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

19 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

19.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

19.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial (Diário Oficial do Estado do RN) no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

19.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:

cpl.hrtm@saude.rn.gov.br

19.3.1. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

19.3.2. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro ou agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

19.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Será divulgada a ata da sessão pública no sistema eletrônico, garantindo ampla publicidade e transparência aos atos do certame.

20.2. Na hipótese de inexistência de expediente ou de ocorrência de fato superveniente que impeça a realização do certame na data designada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário previamente estabelecido, salvo comunicação em sentido diverso pelo Pregoeiro.

20.3. Todas as referências de tempo constantes neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário oficial de Brasília/DF.

20.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação, resguardando-se o interesse público e os princípios da Administração Pública.

20.5. As normas que regem a licitação deverão ser interpretadas de modo a ampliar a competitividade entre os interessados, desde que tal interpretação não comprometa o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade, a economicidade e a segurança da contratação, conforme dispõe a Lei nº 14.133/2021.

20.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não cabendo à Administração qualquer responsabilidade por tais custos, independentemente da condução ou do resultado do certame.

20.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e em seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, sendo que os prazos somente terão início e vencimento em dias de expediente da Administração.

20.8. O descumprimento de exigências meramente formais não essenciais não implicará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato e não haja comprometimento à isonomia, à razoabilidade e ao interesse público.

20.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que integram o processo, prevalecerão as disposições deste Edital.

20.10. O Edital, seus anexos e os atos correlatos estarão disponíveis, na íntegra, para consulta pública no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal de Compras do Estado do Rio Grande do Norte, assegurando publicidade e transparência.

20.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 20.11.1. ANEXO I – Termo de Referência
- 20.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
- 20.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato
- 20.11.3. ANEXO III – Modelo de Proposta Final

20.12. O prazo para interposição de recursos, impugnações ou manifestações relativas ao certame observará os limites legais previstos na Lei nº 14.133/2021, assegurando ampla defesa e contraditório aos licitantes.

O presente documento segue assinado pelo servidor Elaborador, Pregoeiro (validador) e pela autoridade responsável por sua aprovação, com fulcro no Regimento Interno da SESAP, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 50, § 1º, da [Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANA KARINA DA SILVA FREIRE NOBREGA DE ARAUJO, Diretora Geral**, em 29/04/2026, às 10:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **40984073** e o código CRC **2BEDCA90**.

ANEXOS AO EDITAL

TERMO DE REFERÊNCIA

(SEI ID Nº 40765670)

Termo de Referência

Processo nº 00611137.000001/2026-40

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Aquisição de materiais médico-hospitalares, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento para atender 10 (dez) meses de utilização.

Item	Descrição	Descrição detalhada	Unidade de medida	Quantidade
1	Sonda de aspiração traqueal nº 12	Sonda estéril descartável para aspiração de secreções traqueais, confeccionada em PVC atóxico, flexível, com orifícios laterais e		11000

		conector universal, indicada para aspiração de vias aéreas.	Unidade	
2	Sonda de aspiração traqueal nº 14	Sonda estéril descartável para aspiração de secreções traqueais, confeccionada em PVC atóxico, flexível, com orifícios laterais e conector universal, indicada para aspiração de vias aéreas.	Unidade	17600
3	Coletor de secreção (bronquinho) 40 mL	Coletor de secreção tipo bronquinho, capacidade aproximada de 40 mL, estéril ou não estéril conforme uso, com conexões padrão para sistema de aspiração hospitalar.	Unidade	700
4	Fixador para tubo endotraqueal	Dispositivo para fixação segura de tubo endotraqueal, confeccionado em material macio e ajustável, que permita estabilização do tubo e redução de risco de extubação acidental.	Unidade	2200
5	Fixador para cânula de traqueostomia	Dispositivo para fixação de cânula de traqueostomia, confeccionado em material confortável e resistente, ajustável, que assegure estabilidade da cânula e conforto ao paciente.	Unidade	1300
6	Cânula de traqueostomia c/ cânula interna - 7,0 mm	Cânula de traqueostomia com cânula interna removível, diâmetro interno de 7,0 mm, confeccionada em material biocompatível, estéril, indicada para manutenção de vias aéreas artificiais.	Unidade	70
7	Cânula de traqueostomia c/ cânula interna - 7,5 mm	Cânula de traqueostomia com cânula interna removível, diâmetro interno de 7,5 mm, confeccionada em material biocompatível, estéril, indicada para manutenção de vias aéreas artificiais.	Unidade	140
8	Cânula de traqueostomia c/ cânula interna - 8,0 mm	Cânula de traqueostomia com cânula interna removível, diâmetro interno de 8,0 mm, confeccionada em material biocompatível, estéril, indicada para manutenção de vias aéreas artificiais.	Unidade	140
9	Cânula de traqueostomia c/ cânula interna - 8,5 mm *	Cânula de traqueostomia com cânula interna removível, diâmetro interno de 8,5 mm, confeccionada em material biocompatível, estéril, indicada para manutenção de vias aéreas artificiais.	Unidade	140
10	Filtro bacteriano	Filtro bacteriano e viral do tipo HMEF, para uso adulto,		2580

	HMEF para tubo endotraqueal - adulto	destinado a aquecimento, umidificação e filtragem do ar em pacientes com via aérea artificial.	Unidade	
11	Filtro para traqueostomia - adulto	Filtro para traqueostomia, uso adulto, destinado à proteção das vias aéreas, retenção de partículas e auxílio na umidificação do ar inspirado.	Unidade	180
12	Dispositivo para treinamento muscular inspiratório	Dispositivo destinado ao treinamento muscular inspiratório, com carga ajustável, utilizado em reabilitação respiratória para fortalecimento da musculatura inspiratória.	Unidade	10
13	Dispositivo para treinamento muscular expiratório	Dispositivo destinado ao treinamento muscular expiratório, com resistência ajustável, utilizado em reabilitação respiratória para fortalecimento da musculatura expiratória.	Unidade	8

*** Valor adotado por similaridade técnica, considerando mesma família de produto, com variação apenas de diâmetro.**

1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme [Decreto nº 32.449, de 07 de março de 2023](#).

1.4 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2. PRAZO DE EXECUÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados a partir da data da solicitação, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação encontra fundamento no **Estudo Técnico Preliminar (ID 40765645)**, constante dos autos do Processo SEI nº 00611137.000001/2026-40, elaborado nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, o qual concluiu pela viabilidade técnica, operacional e econômica da aquisição pretendida.

O referido estudo demonstrou a necessidade de aquisição de materiais de consumo destinados ao manejo de vias aéreas nas Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), unidades semi-intensivas e enfermarias do Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia - HRTVM, unidade integrante da Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte (SESAP/RN), visando assegurar a continuidade assistencial e a segurança dos pacientes e profissionais de saúde.

A contratação abrange fornecimento estimado para o período de 10 (dez) meses, considerando o consumo médio histórico da unidade, demanda projetada, sazonalidade das doenças respiratórias e margem operacional de segurança, conforme dimensionamento técnico constante no ETP.

Restou evidenciado no estudo técnico que a indisponibilidade dos materiais pleiteados pode acarretar prejuízo à assistência hospitalar, interrupção de rotinas críticas, aumento de riscos sanitários e comprometimento da qualidade do cuidado prestado aos usuários do SUS.

A solução escolhida consiste na aquisição direta dos insumos, por se tratar de materiais de consumo essenciais, de reposição contínua e imprescindíveis ao funcionamento regular dos setores assistenciais da unidade hospitalar.

Dessa forma, o presente Termo de Referência decorre diretamente das conclusões técnicas constantes do Estudo Técnico Preliminar supracitado, que integra a motivação da presente contratação.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1 A aquisição de materiais para manejo de vias aéreas, através de Processo Licitatório na modalidade Pregão, abastecerá o hospital Tarcísio de Vasconcelos Maia, pelo período de 10 meses, com itens que não estão sendo fornecidos regularmente pela Unicat, e não tem registro de preços vigente na SESAP.

4.2 As licitantes deverão apresentar suas propostas com base nas suas estimativas de custo para o fornecimento.

4.3 Os preços serão fixos e irreajustáveis dentro do prazo de um ano.

4.4 A Aquisição será em quantidade solicitada conforme os quantitativos adequados para cada quadrimestre, levando-se em conta o estoque físico disponível da unidade solicitante, demanda interna e as possíveis sazonalidades para o referido item.

4.5 Após emissão do empenho cada Unidade deverá enviar cópia ao fornecedor e solicitar a entrega com prévio agendamento.

4.6 Os itens, objeto desta aquisição, deverão ser entregues em horário comercial, 8:00 às 12:00h, no hospital descrito abaixo, devendo o ônus da entrega do material, inclusive frete, ser por conta exclusiva da CONTRATADA.

- Hospital Regional Tarcísio Maia - Rua projetada, S/Nº - Bairro Aeroporto - CEP: 59607-100 - Mossoró-RN - Setor: CAF

4.7 É de responsabilidade da transportadora/laboratório a contratação de mão de obra para efetuar a descarga do veículo, separando os produtos por tipo, validades, lotes, e acomodar os volumes no palete. A falta de ajudantes acarretará na devolução da entrega, o mesmo acontecerá se estiverem sem EPI's.

4.8 A SESAP não realiza nenhuma cobrança monetária para recebimento de cargas. Qualquer transação comercial de contratação de ajudantes não é de responsabilidade da SESAP e não pode ocorrer nas instalações dos locais de recebimento. Cobranças indevidas podem ser denunciadas pelos canais de ouvidoria do SUS - pelo preenchimento de formulário no site www.saude.rn.gov

4.9 O prazo de entrega deverá ser, no máximo, de 20 (vinte) dias corridos, a contar da data do recebimento da Nota de Empenho.

4.10 Os produtos entregues serão de fabricação recente, **com prazo de validade não inferior a 12 (doze) meses**, quando da entrega dos mesmos, ou seja, uma vida útil não inferior ao período de um ano a partir da entrega dos produtos na unidade solicitante, exceto nos casos previstos em legislação específica.

4.11 A Nota Fiscal deve conter: denominação genérica conforme a Nota de Empenho e o seu respectivo nome comercial (quando houver), lote, validade, unidade de fornecimento, quantidade, valor unitário, valor total, número de empenho, número do processo e número da Ata de Registro de Preços (quando houver). Não será aceito nome comercial na Nota Fiscal, caso isso ocorra motivará o não recebimento do produto;

4.12 Os bens serão recebidos provisoriamente de imediato no ato da entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

4.13 Os bens serão recebidos definitivamente, independente do valor, em até 20 dias corridos após entrega total do empenho, após a verificação da qualidade e quantidade do material.

4.14 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

4.15 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.16 Os fornecedores deverão apresentar bula e/ou manual do usuário, com versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso, de todos os produtos entregues;

4.17 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10(dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.18 Caixas violadas ou molhadas, ausência na identificação do lote e validade nos produtos, mesmo que detectados após o recebimento provisório, poderão ser rejeitados, no todo em parte, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dias) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.19 Após o recebimento definitivo o item deverá ser devidamente estocado e colocado para dispensa nas unidades hospitalares.

4.20 Itens decorrentes deste processo que futuramente sejam passíveis de descarte deverão ser encaminhados para empresa especializada na prestação de serviços continuados de pesagem, coleta, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Serviço de Saúde com fornecimento de Certificado de destinação.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Requisitos técnicos

Os materiais ofertados deverão atender integralmente às especificações técnicas mínimas descritas neste Termo de Referência, observando padrões usuais de qualidade, desempenho, segurança, compatibilidade e funcionalidade para uso hospitalar.

5.2 Requisitos legais e regulatórios

Quando aplicável, os produtos deverão possuir registro vigente na ANVISA ou documento formal de isenção, cabendo ao licitante comprovar sua regularidade no momento oportuno.

Os fornecedores deverão observar a legislação sanitária, consumerista, trabalhista, ambiental e demais normas incidentes.

5.3 Qualificação do fornecedor

O licitante deverá possuir regular habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica, na forma do edital.

Quando exigível, deverá comprovar autorização de funcionamento, licença sanitária e demais documentos inerentes ao ramo de atividade.

5.4 Requisitos de entrega e prazo

Os materiais deverão ser entregues no prazo e local definidos neste Termo de Referência, em perfeitas condições de uso, embalagem íntegra, identificação de lote, validade e demais exigências sanitárias.

5.5 Sustentabilidade

Os materiais deverão observar, no que couber, critérios de sustentabilidade ambiental, racionalização de recursos, redução de desperdícios e correta destinação de resíduos, em consonância com a legislação vigente.

5.6 Segurança e qualidade

Não serão aceitos produtos com sinais de violação, avaria, irregularidade de embalagem, validade inadequada ou em desconformidade com as especificações exigidas.

5.7 Garantia da contratação

Não será exigida garantia contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, considerando tratar-se de aquisição de materiais de consumo comuns, de baixa complexidade operacional e riscos mitigáveis por fiscalização contratual ordinária.

5.8 Critérios de avaliação e recebimento

Os materiais entregues serão submetidos à conferência quantitativa e qualitativa, podendo ser recusados, total ou parcialmente, quando em desacordo com as especificações do edital, proposta vencedora ou normas aplicáveis.

5.9 Obrigações gerais da contratada

A contratada deverá manter condições de habilitação durante toda a execução contratual, substituir materiais recusados, cumprir prazos pactuados e responder por vícios, falhas ou danos decorrentes do fornecimento.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega:

6.1 O prazo de entrega deverá ser, no máximo, de 20 (vinte) dias corridos, a contar da data do recebimento da Nota de Empenho.

6.2 Os itens, objeto desta aquisição, deverão ser entregues das 08:00 às 12:00 e segunda a sexta-feira, nas unidades descritas abaixo, devendo o ônus da entrega do material, inclusive frete, ser por conta exclusiva da CONTRATADA.

- **Hospital Regional Tarcísio Maia** - Rua projetada, S/Nº - Bairro Aeroporto - CEP: 59607-100 - Mossoró-RN - Setor: CAF

6.3 As entregas serão **divididas em até 03 (três) parcelas dimensionadas** de acordo com a necessidade e a critério da **CONTRATANTE**.

6.3.1 Não caberá a **CONTRATADA** usar dessa possibilidade para retardar a entrega e no caso de ocorrência, incidirá as sanções administrativas e penalidades.

6.4 A solicitação será feita pelo setor de Fisioterapia ou Coordenação da Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) da unidade à CONTRATADA mediante contato por correio eletrônico ou outro sistema telemático a critério da CONTRATANTE.

6.5 É de responsabilidade da transportadora/laboratório a contratação de mão de obra para efetuar a descarga do veículo, separando os produtos por tipo, validades, lotes, e acomodar os volumes no palete, caso a carga esteja paletizada como indicado pelo fabricante. A falta de ajudantes acarretará na devolução da entrega, o mesmo acontecerá se estiverem sem EPI's.

6.6 A SESAP não realiza nenhuma cobrança monetária para recebimento de cargas. Qualquer transação comercial de contratação de ajudantes não é de responsabilidade da SESAP e não pode ocorrer nas instalações dos locais de recebimento. Cobranças indevidas podem ser denunciadas pelos canais de ouvidoria do SUS - pelo preenchimento de formulário no site www.saude.rn.gov

6.7 Os produtos entregues serão de fabricação recente, com **prazo de validade não inferior a 12 (doze) meses**, quando da entrega dos mesmos, ou seja, uma vida útil não inferior ao período de um ano a partir da entrega dos produtos na unidade solicitante, exceto nos casos previstos em legislação específica.

6.8 A Nota Fiscal deve conter: denominação genérica conforme a Nota de Empenho e o seu respectivo nome comercial (quando houver), lote, validade, unidade de fornecimento, quantidade, valor unitário, valor total, número de empenho, número do processo e número da Ata de Registro de Preços (quando houver). Não será aceito nome comercial na Nota Fiscal, caso isso ocorra motivará o não recebimento do produto;

6.9 Os bens serão **recebidos provisoriamente** no ato da entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.10 Os bens serão **recebidos definitivamente**, independente do valor, em até 10 dias após entrega total dos itens do empenho, **após a verificação da qualidade e quantidade do material**.

6.11 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

6.12 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.13 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10(dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.14 Caixas violadas ou molhadas, ausência na identificação do lote e validade nos produtos, mesmo que detectados após o recebimento provisório, poderão ser rejeitados, no todo em parte, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 Em caso de impedimento, ordem de paralização ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3 As comunicações entre a Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4 O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Contratante poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

Do fiscal de contrato

7.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117)

7.7 Além das regras relativas à atuação do fiscal de contrato, previstas no § 3º do art. 8º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, caberá ao fiscal de contrato e, ao seu substituto nas hipóteses de seus afastamentos e impedimentos legais (Decreto Estadual 32.449, de 2023, art. 48):

7.7.1 prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

7.7.2 anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

7.7.3 fiscalizar a execução do contrato, para serem cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;

7.7.4 comunicar o gestor do contrato em tempo hábil o término do contrato sob sua responsabilidade, visando à tempestiva renovação ou prorrogação contratual;

7.7.5 exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho, quando for o caso;

7.7.6 manter contato com o preposto da Contratada, e caso necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;

7.7.7 efetivar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

7.7.8 sugerir à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

7.7.9 notificar formalmente à Contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema;

7.7.10 desempenhar outras atividades compatíveis com a função.

7.8 O fiscal de contrato registrará em documento próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, assim como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos identificados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis (Decreto Estadual nº 32.449 de 2023, art.49).

7.8.1 A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:

7.8.1.1 os resultados obtidos em relação à Contratada, com a conferência dos prazos de execução e da qualidade demandada;

7.8.1.2 os recursos humanos aplicados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

7.8.1.3 a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

7.8.1.4 a conformidade dos serviços fornecidos à prática de execução determinada;

7.8.1.5 o cumprimento dos demais deveres decorrentes do contrato;

7.8.1.6 a satisfação do público usuário.

7.8.2 O fiscal do contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço.

7.8.3 Em havendo o subdimensionamento de que trata o 6.8.2, o fiscal do contrato deverá comunicar à autoridade responsável para que promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os requisitos de alteração previstos no Capítulo VII do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.8.4 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada deles, conforme o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como:

7.8.4.1 marca;

7.8.4.2 qualidade;

7.8.4.3 forma de uso.

8. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

8.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento

8.7 O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.9 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.9.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.10 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.10.1 o prazo de validade;

8.10.2 a data da emissão;

8.10.3 os dados do contrato, da Contratada e da Contratante;

8.10.4 o período respectivo de execução do contrato;

8.10.5 o valor a pagar; e

8.10.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante;

8.12 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.13 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.13.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

8.13.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito da Contratante, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.14 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

8.15 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16 Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

8.17 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.18 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa

8.19 No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

Forma de pagamento

8.20 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

8.21 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.22 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.22.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.23 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.24 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1 O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço por item**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.2 Nas licitações promovidas pela SESAP, deverão constar das propostas de preços as regras tributárias aplicáveis, inclusive quanto ao ICMS, conforme legislação estadual pertinente.

Exigências de habilitação

9.3 Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar os requisitos jurídicos previstos na legislação e no edital, inclusive aqueles descritos nos subitens seguintes.

Habilitação jurídica

9.4 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

9.9 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede,

acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.11 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, mediante apresentação dos estatutos sociais e suas alterações posteriores de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

9.12 Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 3º, §2º do Decreto nº 11.476, de 6 de abril de 2023](#).

9.13 Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

9.14 A autorização para o exercício da atividade de distribuidor e fabricante, de artigos médico hospitalares, será feita pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa e de licenciamento dos estabelecimentos pelo órgão competente de saúde dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, observados os requisitos técnicos definidos em regulamento desses órgãos, conforme Decreto nº 8077 de 14 de agosto de 2013, no seu CAPÍTULO II, Art. 2º e 3º:

Art. 2º O exercício de atividades relacionadas aos produtos referidos no art. 1º da Lei nº 6.360, de 1976, dependerá de autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa e de licenciamento dos estabelecimentos pelo órgão competente de saúde dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, observados os requisitos técnicos definidos em regulamento desses órgãos.

Parágrafo único. As atividades exercidas pela empresa e as respectivas categorias de produtos a elas relacionados constarão expressamente da autorização e do licenciamento referidos no caput.

Art. 3º Para o licenciamento de estabelecimentos que exerçam atividades de que trata este Decreto pelas autoridades dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, o estabelecimento deverá: I - possuir autorização emitida pela Anvisa de que trata o caput do art. 2º ; II - comprovar capacidade técnica e operacional, e a disponibilidade de instalações, equipamentos e aparelhagem imprescindíveis e em condições adequadas à finalidade a que se propõe; III - dispor de meios para a garantia da qualidade dos produtos e das atividades exercidas pelo estabelecimento, nos termos da regulamentação específica; IV - dispor de recursos humanos capacitados ao exercício das atividades; e V - dispor de meios capazes de prevenir, eliminar ou reduzir riscos ambientais decorrentes das atividades exercidas pelo estabelecimento que tenham efeitos nocivos à saúde.

9.15 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.18 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

9.20 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21 Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal

Qualificação Econômico-Financeira

9.24 Certidão negativa de insolvência civil, quando cabível.

9.25 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.26 Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício e demais demonstrações contábeis exigíveis, obtidos pelas fórmulas já previstas neste Termo de Referência.

9.26.1 A exigência dos índices econômico-financeiros acima indicados justifica-se pela necessidade de aferir capacidade mínima de solvência e equilíbrio financeiro do licitante, considerando que o objeto envolve fornecimento parcelado de materiais essenciais à continuidade da assistência hospitalar, cujo eventual inadimplemento pode acarretar risco de

desabastecimento e prejuízo ao serviço público.

9.26.2 Os parâmetros fixados refletem patamares ordinariamente adotados em contratações públicas e guardam proporcionalidade com a natureza comum do objeto, não impondo restrição indevida à competitividade.

9.27 Caso o licitante apresente resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices previstos no subitem anterior, poderá ser exigido capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor estimado da contratação, nos termos da legislação vigente.

9.27.1 A exigência subsidiária prevista neste item visa resguardar a execução contratual e será aplicada de forma proporcional ao vulto econômico da contratação.

9.28 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

9.29 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º](#))

9.30 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.31 Comprovação de cumprimento das cotas legais de aprendizes e pessoas com deficiência, nos termos da legislação estadual aplicável.

Qualificação Técnica

9.32 Considerando que os objetos licitados estão submetidos ao regime de vigilância sanitária, o licitante deverá comprovar regularidade sanitária compatível com as atividades de fabricação, distribuição, armazenamento ou comercialização de produtos médico-hospitalares.

9.33 O licitante deverá apresentar, no que couber:

9.33.1 Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente;

9.33.2 Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, quando exigível pela legislação sanitária;

9.33.3 Registro do produto perante a ANVISA, cadastro regular ou documento formal de dispensa/isenção, conforme enquadramento regulatório do item ofertado.

10. JUSTIFICATIVA QUE CONTEMPLA DE FORMA SUFICIENTE A INCLUSÃO DAS EXIGÊNCIAS DAS QUALIFICAÇÕES, OPÇÃO PELA PARTICIPAÇÃO OU NÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO E PELO SIGILO DOS PREÇOS ESTIMADOS.

Considerando o disposto no art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, em atendimento ao diploma legal, no que tange à motivação circunstanciada das condições do edital, apresentam-se as seguintes justificativas:

10.1. Da Qualificação Técnica

Conforme item 9.6 subitens 9.6.1 a 9.6.6 da Minuta de Edital 33665131 e subitens 9.32 a 9.33.4 do Termo de Referência.

Também chamada de capacidade técnico-operacional, trata da comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. No caso, a documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional está restrita ao rol previsto no art. 67 da Lei nº 14.133/21. Vale ressaltar que a comprovação de aptidão técnica por parte das licitantes, visam resguardar a administração de estar adquirindo produtos para saúde de empresas regulares perante aos órgãos de fiscalização. Ademais, cabe a esta unidade hospitalar tomar todas as providências possíveis para assegurar que a futura aquisição seja realizada através de empresas idôneas que comprovem, por todos os meios, que prima pelo zelo da legislação legalmente vigente.

Considerando também que as exigências de documentos que comprovam que a empresa licitante está apta a comercializar o objeto da licitação, a saber, licença sanitária estadual ou municipal, comprovação de autorização de funcionamento, conforme Art. 2º e 50 da Lei nº 6.360, concedido pelo Ministério da Saúde, comprovante de registro do produto na ANVISA, emitidos pelos órgãos competente, são documentos que demonstram que o estabelecimento, distribuidor e fabricante, de artigos para saúde, estão aptos a funcionar conforme as normas sanitárias vigentes.

10.2. Da Qualificação econômico-Financeira:

Conforme item 9.5 subitens 9.5.1 a 9.5.8 da Minuta de Edital 33665131 e subitens 9.24 a 9.31 do Termo de Referência.

Nos processos licitatórios, o intuito da administração pública é selecionar fornecedores que possuam não só a capacidade de entregar bons produtos ou de prestar serviços de excelência, mas, também, que tenham a solidez financeira necessária para o cumprimento das obrigações assumidas na contratação.

A Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 69º, §§ 1º, 2º e 5º, trata a respeito dos índices econômicos os quais destinam-se exclusivamente à seleção dos licitantes com aptidão econômico-financeira suficiente a assegurar a execução integral do contrato. O objetivo, portanto, é prevenir a Administração Pública para que empresas aventureiras e sem quaisquer responsabilidades ou respaldo financeiro, possam vir a participar e vencer o certame e, durante a execução contratual, não apresente capacidade para concluir o objeto da obrigação assumida.

Por conseguinte, a licitante interessada deverá dotar-se de capacidade financeira para, além de cumprir com todas as obrigações contratuais, suportar possível delonga no pagamento. Nesse sentido, não é demais lembrar que a legislação, de certo modo, estabelece condições mais favoráveis à Administração (contratante) do que à empresa vencedora da licitação (contratada), uma vez que a empresa contratada deverá aguardar o prazo de pagamento, que geralmente é de 30 dias após a apresentação dos documentos de cobrança, bem como deve suportar o atraso de até 02 (dois) meses,

contados da emissão da Nota Fiscal (art. 137, § 2º, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021), para, só então, poder pleitear a extinção da obrigação contratual.

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º](#))

Portanto, Com intuito de justificar a qualificação financeira exigida, destaca-se que a exigência de índices contábeis de liquidez deve conter parâmetros atualizados de mercado, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade, conforme Súmula 289 do TCU. Assim, a exigência do índice de liquidez corrente, assim como dos demais documentos de qualificação financeira, foi incluída para garantir a participação de empresas que tenham capacidade de suportar os ônus inerentes à contratação e não fere o limite delineado pelo TCU.

10.3. Da participação de empresas em consócio:

Trata-se de justificativa referente à vedação à participação de empresas em consórcios, expressa no subitem 3.6.3 da Minuta de Edital 33665131 e com base no caput do art. Art. 14 da Lei 14.133/2021.

A formação de consórcio em certame licitatório está presente no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 que, utilizando-se da expressão “Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente (...).”, confere ao ente administrativo não permitir tal condição no instrumento convocatório.

Ainda conforme o artigo 14 incisos I e II da Lei 14.133/2021, vemos que as proibições trazidas, almejam evitar que pessoas com conhecimento prévio das necessidades da administração ou do próprio objeto tenham algum tipo de benefício concorrencial.

Essa decisão é resultado de um processo de avaliação da realidade do mercado em razão do objeto a ser licitado e ponderação dos riscos inerente à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para execução do objeto visando ao atendimento do interesse público.

A figura do consórcio é usual em contratações que exijam grandes investimentos, na medida em que empresas podem unir suas qualificações para concretizar um objeto único, atendendo ao princípio da competitividade e interesse público.

Entendeu o Tribunal de Contas da União/TCU que: *“a decisão da Administração de permitir a participação de empresas sob forma de consórcio nas licitações deve ser devidamente motivada e não deve implicar a proibição da participação de empresas que, individualmente, possam cumprir o objeto a ser contratado, sob pena de restrição à competitividade”*. Acórdão 1711/2011 - Plenário.

A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, para o caso concreto em análise, que **visa exatamente afastar a restrição à competição, buscando o melhor preço para administração no item relacionado pelo setor solicitante**, conforme Justificativa consorcio (33665866). Ademais, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio, caso aqui não buscado.

Assim sendo, levando em consideração que o presente certame se trata de aquisição de bem comum, e que existem diversas empresas com capacidade para fornecer o objeto deste Edital, deliberamos por não permitir a participação de consórcio, haja vista que visa exatamente afastar a restrição à competição, na medida que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam fornecer o objeto da aquisição, reduziria o número de licitantes e poderia, eventualmente, proporcionar a formação de conluíus/carteis para manipular os preços nas licitações.

10.4. Do sigilo do valor estimado:

Portanto, com a finalidade de garantir plena disputa entre os participantes do certame, opta-se pelo sigilo dos preços estimados. Fundamenta-se tal decisão no art. 24 da Lei n. 14.133/2021, responsável por preconizar que, desde que justificado (no preâmbulo do edital), o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1 Metodologia adotada para estimativa de preços

A estimativa do valor da presente contratação foi elaborada em observância ao art. 23 da Lei nº 14.133/2021, com base em pesquisa mercadológica formal regularmente realizada e juntada aos autos, consubstanciada no **Relatório de Pesquisa de Preços (ID 39720704)** e na **Justificativa da Metodologia para Obtenção do Preço Estimado (ID 39720789)**.

As fontes consultadas seguiram a prioridade prevista na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, com predominância de contratações similares promovidas por órgãos públicos e registros obtidos em banco oficial de preços, mediante pesquisa por item correspondente ao objeto pretendido.

A formação do preço estimado considerou levantamento dos preços para composição de cesta de valores aceitáveis e posterior análise crítica dos valores coletados, utilizando-se média aritmética simples após saneamento estatístico da amostra, com exclusão técnica de valores discrepantes, quando cabível.

11.2 Memória de cálculo resumida

O valor global estimado da contratação foi obtido mediante o somatório dos produtos entre o quantitativo estimado de cada item e o respectivo valor unitário referencial apurado na pesquisa mercadológica.

11.3 Demonstrativo do valor estimado da contratação

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Estimado (R\$)	Subtotal (R\$)
1	Sonda de aspiração traqueal nº 12	11.000	1,00	11.000,00
2	Sonda de aspiração traqueal nº 14	17.600	1,02	17.952,00
3	Coletor de secreção (bronquinho) 40 mL	700	18,80	13.160,00
4	Fixador para tubo endotraqueal	2.200	14,93	32.846,00
5	Fixador para cânula de traqueostomia	1.300	9,09	11.817,00
6	Cânula de traqueostomia c/ cânula interna - 7,0 mm	70	87,60	6.132,00
7	Cânula de traqueostomia c/ cânula interna - 7,5 mm	140	87,61	12.265,40
8	Cânula de traqueostomia c/ cânula interna - 8,0 mm	140	87,55	12.257,00
9	Cânula de traqueostomia c/ cânula interna - 8,5 mm	140	88,77	12.427,80
10	Filtro bacteriano HMEF para tubo endotraqueal - adulto	2.580	9,43	24.329,40
11	Filtro para traqueostomia - adulto	180	9,19	1.654,20
12	Dispositivo para treinamento muscular inspiratório	10	796,25	7.962,50
13	Dispositivo para treinamento muscular expiratório	8	850,00	6.800,00

11.4 Valor global estimado

Com base na pesquisa mercadológica consolidada constante dos autos, o valor global estimado da contratação corresponde a:

R\$ 170.603,30 (cento e setenta mil, seiscentos e três reais e trinta centavos).

11.5 Observações técnicas

Os valores acima possuem natureza estimativa e referencial, servindo ao planejamento da contratação, à reserva orçamentária e à aferição de vantajosidade, podendo resultar em contratação por valor inferior em decorrência da disputa competitiva.

A estimativa apresentada está lastreada em pesquisa mercadológica formal, com pluralidade de referências, identificação das contratações utilizadas e metodologia expressamente justificada nos autos, permitindo a rastreabilidade dos dados e eventual conferência pelos órgãos de controle.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 O pagamento desta despesa está prevista na programação orçamentária abaixo:

12.1.1 Subação: 238201 Manutenção das Unidades Hospitalares e de Referências

12.1.2 Fonte: 500 (recursos não vinculados de impostos)

12.1.3 Elemento da Despesa: 33.90.30.36 Material Hospitalar

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1 São obrigações da Contratante:

13.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital e seus anexos;

13.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

13.1.3 Atestar nas notas fiscais a efetiva entrega do objeto deste Termo, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

13.1.4 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

13.1.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

13.1.6 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

13.1.7 Notificar à Contratada, por escrito, as sanções e penalidades quando for o caso;

13.1.8. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês, admitida a prorrogação motivada por igual período.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

14.1.2 efetuar a entrega dos itens em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância às especificações no Termo de Referência e seus anexos, acompanhados da respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, lote, e quantidade;

14.1.3 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os [artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#);

14.1.4 reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

14.1.5 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

14.1.6 atender prontamente às exigências da SESAP, constantes no Edital, inerentes ao objeto da presente licitação;

14.1.7 não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como seguir a [Lei Estadual nº 10.783, de 22 de outubro de 2020](#), que determina o preenchimento das cotas de aprendizes e de pessoas com deficiência;

14.1.7 responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

14.1.8 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

14.1.9. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

14.2 A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.

15. A CONTRATADA OBRIGA-SE, ALÉM DAS OBRIGAÇÕES A ELA INERENTES PREVISTAS:

15.1 Todos os produtos ofertados deverão ser novos e de primeiro uso e estar na linha de produção atual do fabricante.

15.2 Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação exigida na licitação.

15.3 Entregar os materiais, objeto da presente licitação, no endereço indicado pela Contratante, dentro do prazo constante da proposta, contado desde o recebimento da Nota de Empenho, nas especificações, quantidades e no horário das 08:00 às 12:00 de segunda a sexta-feira.

15.4 Responder pelos vícios e defeitos dos materiais e assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações decorrentes da aquisição e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE, na execução do contrato.

15.5 Fornecer, na entrega do material, os itens abaixo:

15.5.1 A bula do medicamento ofertado em português

15.6 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos quantitativos dos materiais até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado..

16. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante ou a Contratada será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações e da seguinte forma:

ATO	POSSIVEL SANÇÃO
Dar causa à inexecução parcial do contrato	Advertência
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar e contratar
Dar causa à inexecução total do contrato	Impedimento de licitar e contratar
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame	Impedimento de licitar e contratar
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Impedimento de licitar e contratar
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação	Impedimento de licitar e

quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	contratar
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	Impedimento de licitar e contratar
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

16.1 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na [Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), as seguintes sanções:

16.1.1 advertência;

16.1.2 multa;

16.1.3 impedimento de licitar e contratar;

16.1.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista de Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista de Multa, calculada em caso de atraso na entrega dos produtos, será cobrada multa no valor de 0,5% por dia de atraso, calculada sobre o valor total dos insumos em mora, limitada a 60 (sessenta) dias.

§ 4º A sanção prevista do Impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do [art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista da Declaração de Inidoneidade será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do [art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida da Declaração de Inidoneidade quando aplicada pela SESAP, ela será de competência exclusiva do Secretário Estadual de Saúde Pública e será precedida de análise jurídica.

§ 7º As sanções previstas da Advertência, Impedimento de licitar e contratar e Declaração de Inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a de Multa.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2 Na aplicação da sanção prevista no inciso II do **caput** do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.3 A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do [art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido pela Comissão de Gerenciamento de Contratos, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou a Contratada para, no prazo de 15

(quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Comissão, o licitante ou a Contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 2º Serão indeferidas pela Comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o item 13.4;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#);

III - suspensão por decisão judicial que inviabiliza a conclusão da apuração administrativa.

16.4 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

16.5 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

16.6 A SESAP deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

Parágrafo único. Para fins de aplicação das sanções previstas nos [incisos I, II, III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2023](#), a SESAP regulamentou a forma do cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

16.7 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada a multa de mora, na forma prevista neste Termo de Referência ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a SESAP a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na [Lei nº 14.133/2021](#).

16.8 É admitida a reabilitação do licitante ou a Contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

16.8.1 reparação integral do dano causado à Administração Pública;

16.8.2 pagamento da multa;

16.8.3 transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

16.8.4 cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

16.8.5 análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou Contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

17. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

17.1 Os contratos provenientes desta licitação regular-se-ão pelas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, conforme estabelecido na [Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#).

17.2 A SESAP convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar o instrumento equivalente, que deverá assiná-lo dentro do prazo de até 05 (cinco) dias úteis após convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#).

§ 1º O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela SESAP.

§ 2º Será facultado à SESAP, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

§ 3º A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor da licitante.

17.3 Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a SESAP deverá verificar a regularidade fiscal da Contratada, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas

Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

17.4 O contrato passará a produzir efeitos a partir da publicação do extrato do termo de contrato ou documento equivalente no Diário Oficial do Estado.

18. DO REAJUSTE

18.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

18.2. No caso de formalização de contrato:

18.2.1. Os preços são fixos e irrevogáveis, pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado.

18.2.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste, após o interregno de 01 (um) ano, aplicando-se como índice de reajuste o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, apurado, nos últimos **12 (doze)** meses, pelo **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.2.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.2.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

18.2.4.1. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.2.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

18.2.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

18.2.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.2.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

19.1 As condições para extinção dos contratos são as mesmas previstas tanto no Capítulo VIII da Lei Federal nº 14.133/2023.

19.2 Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas no [art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

19.3 A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial. ([art. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021](#)).

19.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

19.5 Quando a rescisão ocorrer por culpa exclusiva da SESAP, a Contratada será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

19.6 Quando a rescisão ocorrer por culpa exclusiva da Contratada, esta sofrerá as sanções previstas no termo de contrato.

19.7 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 Os casos omissos serão resolvidos pela Contratante, de acordo com a Lei Federal nº 14.133 em sua atual redação e pelo [Decreto Estadual nº 32.449, de 07 de março de 2023](#) e suas alterações, tudo de conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis e com os princípios gerais do direito.

21.2 O presente documento segue assinado pelo servidor Elaborador, que deverá ter aprovação da autoridade competente, pela conveniência e oportunidade, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do [art. 12, § 1º, da Lei Complementar Estadual nº 303/2005](#).

Mossoró, 16 de março de 2026.

Liduina Maria Cavalcante - Farmacêutica - matrícula - 204565-6

João Inácio Lopes Batista - Farmacêutico - matrícula - 217759-5

Clever Marcio dos Santos S. Filho - Ass. Tec. Saúde - 227072-2 V2

Equipe responsável

APÊNDICE DO ANEXO I - ETP

(SEI ID Nº 40765645)

Estudo Técnico Preliminar

Processo nº 00611137.000001/2026-40

1. OBJETO

1.1 O presente estudo tem por objetivo analisar a viabilidade técnica da aquisição de bronquinhos coletores de secreção, fixadores de tubo orotraqueal e materiais para manejo de vias aéreas para uso nas UTIs e nas enfermarias das unidades Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia para o ano de 2026, visto que a manutenção destes itens em estoque é imprescindível para a segurança ventilatória e acurácia diagnóstica das infecções respiratórias dos pacientes internados. Salienta-se, também, o maior controle dos aerossóis formados, garantindo a segurança dos profissionais envolvidos na assistência.

1.2 A contratação em tela se dará por Pregão Eletrônico, pelo critério de julgamento menor preço unitário.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

2.1 MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1.1 Aquisição de materiais de consumo destinados ao **manejo de vias aéreas** nas Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) e enfermarias do **Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia**, unidade integrante da Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte (SESAP/RN), pelo período de **10 (dez) meses (com posteriores renovações para 12 meses, pois já foi considerada a margem de segurança)**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e demais documentos do certame, com fundamento na **Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021**, especialmente no que dispõe sobre o **Pregão como modalidade de licitação** (art. 28, inciso II, e art. 6º, inciso LV), e demais normas aplicáveis

Destaca-se que neste processo licitatório (SEI nº 00611137.000001/2026-40), deflagrado pelo Setor de Fisioterapia do Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia, em conjunto com a equipe técnica demandante, tem o objetivo de garantir a execução de rotinas e processos de trabalho, assim como segurança dos profissionais assistenciais e pacientes com os itens descritos no tópico 2 deste Estudo, dos hospitais acima descritos.

A inexistência e/ou precariedade dos itens descritos, acarretam em falhas na garantia da continuidade das rotinas assistenciais. Portanto, a escassez destes materiais podem levar a interrupções dos serviços, além de prejudicar o maior interessado nessa contratação: os pacientes, funcionários e acompanhantes assistidos por estas Unidades Hospitalares.

Tal abertura deste caderno processual justifica-se pela importante necessidade de manter o padrão de qualidade e eficácia nos processos produtivos para o público alvo dessas instituições públicas. Além disso, tais materiais servirão para subsidiar as demandas internas da cadeia recebimento-armazenamento-produção, descritos como potenciais instrumentos para atingir a eficiência da assistência.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 Os licitantes, na Descrição Detalhada do objeto ofertado, deverão indicar as seguintes informações:

3.1.1 Especificações técnicas;

3.1.2 Prazo de entrega, observado o limite máximo do Termo de Referência;

3.1.3 Prazo de validade dos produtos, observado o parâmetro mínimo do Termo de Referência;

3.1.4 Prazo de validade da proposta;

3.1.5 Origem (nacional ou estrangeiro);

3.1.6 Número de registro ou declaração de isenção de registro dos materiais, no Ministério da Saúde/ANVISA, dentro do prazo de validade.

3.2 Na proposta a ser enviada pelo licitante, a comprovação dos registros dos medicamentos e/ou materiais médico-hospitalares ou da declaração da isenção do registro deverá ser efetuada através de:

3.2.1 Cópia da Publicação no D.O.U. – Diário Oficial da União; ou Cópia emitida eletronicamente através do sítio da Agência Nacional da Vigilância Sanitária; ou

3.2.2 Cópia da Declaração de notificação ou do Certificado de Dispensa de Registro do produto emitido pela Agência Nacional da Vigilância Sanitária.

3.3 Ficará a cargo do proponente, provar que o produto objeto da licitação não está sujeito ao regime da Vigilância Sanitária.

3.4 No caso de exercício de atividade de fabricação, importação ou distribuição de medicamentos e materiais de uso em saúde, o licitante deverá anexar, juntamente com a proposta, os seguintes documentos:

3.4.1 Autorização para funcionamento, expedida pela Agência Nacional da Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde (ANVISA), do fabricante ou importador.

3.4.2 Licença de Funcionamento Estadual ou Municipal, emitida pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual ou Municipal, da sede do licitante.

3.5 O licitante deverá atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental.

Sustentabilidade

3.6 Os insumos ofertados devem observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos da legislação em vigor.

3.7 É de responsabilidade do fornecedor as condições de conservação dos produtos entregues, resistência das embalagens, data de validade, temperaturas exigidas, presença de sujidade, material estranho e insetos.

3.8 Não serão recebidos materiais que apresentarem, nas embalagens, sinais de violação e/ou variação na estrutura, aderência ao produto, umidade, inadequação em relação ao conteúdo e que não estiverem de acordo com a legislação vigente.

3.9 Todo material deverá, OBRIGATORIAMENTE, trazer impresso o n.º do lote, data de fabricação e validade.

3.10 Os produtos a serem fornecidos devem apresentar em suas embalagens secundárias e/ou primárias a expressão "PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO".

3.11 Obedecer aos critérios de sustentabilidade baseados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- a) baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- f) uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- g) origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras;
- h) utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

Indicação de marcas ou modelos (art. 41, inciso i, da lei nº 14.133, de 2021)

3.12 Para cada item cotado deverá ser ofertada uma única marca, caso o fabricante não disponha do item sua substituição devido a um fator superveniente deverá cumprir os critérios estabelecidos na qualificação técnica deste termo de referência.

Subcontratação:

3.13 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

Garantia da contratação

3.14 Garantia da contratação

Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, avaliou-se a conveniência e oportunidade da exigência de garantia contratual para a presente contratação.

Após análise técnica, conclui-se **pela não exigência de garantia contratual**, considerando que o objeto consiste na aquisição de materiais de consumo médico-hospitalares padronizados, de ampla oferta no mercado, com fornecimento parcelado e execução de baixa complexidade operacional.

A contratação não envolve obra, serviço de engenharia, obrigação técnica especializada de elevada complexidade, dedicação exclusiva de mão de obra ou risco patrimonial relevante que justifique a imposição de caução, seguro-garantia ou fiança bancária.

Ademais, a exigência de garantia, no presente caso, poderia representar custo adicional aos licitantes, com potencial reflexo no preço final e eventual restrição indevida à competitividade, sem benefício proporcional à Administração.

Os riscos contratuais identificados mostram-se adequadamente mitigáveis por meio de especificações técnicas claras, fiscalização do recebimento, aplicação de penalidades administrativas, eventual recusa de materiais em desconformidade e demais mecanismos ordinários de gestão contratual.

Dessa forma, revela-se tecnicamente mais adequada e economicamente proporcional a **não exigência de garantia contratual**.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO E ANÁLISE DE ALTERNATIVAS

4.1 Metodologia do levantamento preliminar de preços

Para fins de planejamento inicial da contratação, foi realizada estimativa preliminar de preços com base em valores históricos e referenciais extraídos de contratações similares, registros de preços públicos, propostas comerciais e demais referências mercadológicas disponíveis à época da elaboração deste estudo.

Posteriormente, a estimativa inicial foi complementada e consolidada mediante **pesquisa mercadológica formal regularmente juntada aos autos**, consubstanciada no **Relatório de Pesquisa de Preços (ID 39720704)** e na **Justificativa da Metodologia para Obtenção do Preço Estimado (ID 39720789)**, observando-se os parâmetros do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

Desse modo, os valores referenciais inicialmente utilizados para análise de viabilidade foram posteriormente substituídos/atualizados pelos preços estimados resultantes da pesquisa oficial constante do processo, os quais passaram a subsidiar a instrução definitiva da contratação.

Ressalta-se que tal metodologia atende aos princípios do planejamento, da economicidade, da razoabilidade e da busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

4.1.1. Fontes referenciais utilizadas

Para composição da estimativa preliminar e análise inicial de viabilidade da contratação, foram consideradas, entre outras, referências extraídas de documentos internos e processos anteriores, inclusive do Processo SEI nº 00611137.000038/2024-14, tais como:

- a) propostas comerciais e registros de preços relativos a coletores de secreção (bronquinhos);
- b) contratações e registros de preços referentes a sondas de aspiração traqueal, observadas as variações por calibre e especificação;
- c) processos anteriores envolvendo cânulas de traqueostomia com diferentes configurações e diâmetros;
- d) propostas comerciais, atas de registro de preços e catálogos técnicos relativos a fixadores de tubo endotraqueal, fixadores de cânula de traqueostomia e filtros respiratórios HME/HMEF.

Tais referências históricas subsidiaram a fase preliminar do planejamento e mostraram-se compatíveis com o perfil assistencial do Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia – HRTVM.

Posteriormente, os valores preliminares foram confrontados, atualizados e consolidados por meio da **pesquisa mercadológica formal constante dos autos**, a qual passou a constituir a base oficial da estimativa do valor da contratação.

4.1.2 Critério de quantificação e projeção financeira

A estimativa financeira foi elaborada a partir do **consumo médio mensal histórico**, projetado para um período de **10 (dez) meses**, conforme metodologia já descrita no item de estimativa de quantidades, considerando:

o porte da unidade hospitalar;

a capacidade instalada atual, composta por 29 leitos de UTI, 5 de semi-intensiva, 42 de Clínica Médica, 17 de UPI e 36 de Clínica Cirúrgica;

variações sazonais relacionadas a doenças respiratórias;

margem operacional de segurança para evitar desabastecimento.

Para os itens que não constam diretamente no histórico mensal ou que apresentam variações de consumo, foram aplicados **ajustes técnicos justificados**, com base na experiência assistencial do Serviço de Fisioterapia e nas práticas de biossegurança e controle de infecção hospitalar.

4.1.3 Análise de razoabilidade dos valores

Os valores referenciais utilizados mostram-se **compatíveis com contratações públicas recentes**, não apresentando distorções relevantes em relação aos preços praticados no mercado institucional.

Destaca-se que, por se tratarem de **materiais de consumo**, descartáveis ou de uso individual, a alternativa de locação ou reutilização não se mostra tecnicamente adequada nem economicamente viável, uma vez que tais práticas afrontariam normas sanitárias, de biossegurança e de controle de infecção hospitalar.

Dessa forma, a estimativa apresentada atende ao princípio da razoabilidade, da economicidade e do planejamento adequado da contratação.

4.2 Alternativas identificadas

No que se refere à forma de atendimento da necessidade, foram identificadas as seguintes alternativas:

Alternativa 1 – Fornecimento indireto ou reutilização de materiais

Utilização de materiais reutilizáveis ou fornecimento indireto por meio de contratos de prestação de serviços, com eventual reprocessamento dos insumos utilizados no manejo das vias aéreas e na coleta de secreções respiratórias.

Alternativa 2 – Aquisição direta de materiais de consumo descartáveis (compra)

Aquisição dos materiais de consumo descartáveis, conforme lista apresentada neste processo, para utilização direta na assistência, sem incorporação ao patrimônio e com descarte após o uso, em conformidade com as normas de biossegurança.

4.3 Análise comparativa das alternativas

4.3.1 Alternativa 1 - Fornecimento indireto ou reutilização

Embora o uso de dispositivos reutilizáveis ou o fornecimento indireto por meio de contratos de serviços possa ser considerado em determinados contextos, tal alternativa apresenta limitações relevantes no cenário assistencial em

questão, especialmente no que se refere ao controle de aerossóis e à prevenção de infecções relacionadas à assistência à saúde.

A reutilização ou o reprocessamento desses materiais implicaria maior risco de contaminação cruzada, aumento da manipulação dos dispositivos, necessidade de fluxos adicionais de limpeza, desinfecção ou esterilização, bem como maior complexidade operacional, sem vantagem econômica comprovada. Ademais, parte significativa dos itens objeto deste processo é classificada como material de uso **único**, não sendo tecnicamente recomendada a sua reutilização.

4.3.2 Alternativa 2 - Aquisição direta de materiais de consumo

A aquisição direta dos materiais de consumo descartáveis apresenta-se como a alternativa mais adequada, uma vez que garante maior segurança microbiológica, padronização dos procedimentos assistenciais e conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes.

Por se tratarem de materiais de consumo, descartáveis ou de uso limitado, não se aplicam análises relacionadas à vida útil prolongada, depreciação ou geração de patrimônio. A compra direta assegura disponibilidade imediata dos insumos, reduz o risco de descontinuidade assistencial e favorece o controle adequado do uso e do descarte dos materiais.

4.3.3 Conclusão da análise

Diante da análise realizada, conclui-se que a aquisição direta dos materiais de consumo constitui a alternativa mais viável sob os aspectos técnico, assistencial, operacional e sanitário, atendendo de forma mais eficaz às necessidades da unidade de saúde.

A opção pela compra dos insumos ora pleiteados mostra-se compatível com as boas práticas de cuidado em saúde, com o controle de aerossóis e com a prevenção de infecções relacionadas à assistência à saúde, sendo, portanto, a alternativa recomendada para o presente processo.

4.4 Adequação Legal

4.4.1 A escolha dos insumos está em conformidade com as seguintes normativas vigentes:

4.4.1.1 RDC nº 63/2011 - ANVISA, Seção II, Art. 8º: Determina que os serviços de saúde devem adotar estratégias e ações voltadas à **segurança do paciente**, incluindo medidas preventivas contra eventos adversos relacionados à assistência.

4.4.1.2 RDC nº 36/2013 - ANVISA: Institui ações para a **promoção da segurança do paciente** e melhoria da qualidade nos serviços de saúde, incentivando o uso racional e qualificado de tecnologias em saúde.

4.4.1.3 Norma Regulamentadora nº 32 - Ministério do Trabalho e Emprego: Estabelece diretrizes para a **proteção à saúde dos trabalhadores da área da saúde**, exigindo adoção de medidas preventivas em atividades de risco biológico.

4.4.1.4 RDC nº 222/2018 - ANVISA: Dispõe sobre o gerenciamento dos **resíduos de serviços de saúde (RSS)**, enfatizando práticas que **minimizem riscos à saúde pública e ao meio ambiente**.

4.4.1.5 Princípios de Biossegurança: A aquisição está alinhada com os fundamentos da biossegurança, os quais preveem medidas técnicas e administrativas para **prevenir acidentes e reduzir a exposição a agentes biológicos**.

4.5 Impacto e Benefícios Esperados

A adoção dos itens propostos deverá resultar em **redução da incidência de infecções cruzadas** nas unidades de internação, especialmente diante da elevada demanda por pacientes com doenças infectocontagiosas. A padronização dos materiais para coleta e descarte de secreções reforça a **segurança assistencial** e protege a equipe de saúde contra exposições indevidas.

Outro benefício relevante é a **padronização das cânulas de traqueostomia com endocânula**, o que reduzirá a dependência de aquisição por parte das famílias de pacientes crônicos, promovendo **equidade no acesso a insumos essenciais à vida** e à recuperação clínica.

4.6 Plano de Implementação

Os materiais serão incorporados ao uso nas **três Unidades de Terapia Intensiva**, nas **enfermarias, pronto socorro e no centro cirúrgico** do Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia. A responsabilidade pelo armazenamento será da **Central de Abastecimento Farmacêutico**, enquanto a distribuição será gerida pela **Farmácia Central**.

A solicitação será feita **diariamente pelos setores assistenciais**, conforme a demanda observada em cada plantão, respeitando o consumo médio estimado e os protocolos de segurança estabelecidos pela Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH).

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na **aquisição de materiais de consumo médico-hospitalares** destinados ao manejo das vias aéreas, à coleta de secreções respiratórias e ao controle de aerossóis, conforme lista detalhada neste processo.

Os insumos contemplam, entre outros, sondas de aspiração traqueal, coletores de secreção, filtros umidificadores bacteriológicos, fixadores de dispositivos de via aérea, cânulas de traqueostomia com cânula interna e dispositivos auxiliares ao treinamento muscular respiratório, todos destinados ao uso assistencial direto, de caráter descartável ou de uso limitado.

Os materiais adquiridos serão distribuídos conforme a demanda assistencial dos setores críticos e de internação da unidade hospitalar, com utilização prioritária em unidades que realizam procedimentos de maior complexidade

respiratória, tais como Unidades de Terapia Intensiva, unidades semi-intensivas e enfermarias, de acordo com o perfil epidemiológico e a necessidade clínica dos pacientes atendidos.

Ressalta-se que, por se tratarem de materiais de consumo, não há alocação fixa ou incorporação patrimonial, sendo o uso regulado pelo consumo assistencial, pelos protocolos institucionais e pelos critérios de controle de estoque, de modo a garantir disponibilidade contínua dos insumos e evitar descontinuidade na assistência.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A estimativa das quantidades foi elaborada com base no **consumo médio mensal histórico** dos materiais utilizados no manejo das vias aéreas e na coleta de secreções respiratórias, conforme planilha de controle de consumo do setor (id 39022264), correlacionando-se tais dados com a demanda assistencial projetada da unidade hospitalar.

Para fins de dimensionamento, adotou-se como critério geral a projeção do consumo para um período de **10 (dez) meses (de março a dezembro de 2026)**, mediante a fórmula:

Quantidade estimada = Consumo médio mensal × 10

Tal metodologia permite estimativa realista e aderente ao uso efetivo dos insumos, considerando o perfil epidemiológico dos pacientes atendidos, a sazonalidade das doenças respiratórias e a necessidade de manutenção de estoque mínimo para evitar descontinuidade assistencial.

Para determinados itens, foram aplicados **ajustes técnicos e arredondamentos**, com o objetivo de contemplar margem operacional de segurança, variações sazonais da demanda, perdas operacionais e impossibilidade de fracionamento de embalagens, sem prejuízo da razoabilidade dos quantitativos.

6.1 Materiais para aspiração e coleta de secreções respiratórias

6.1.1 Sondas de aspiração traqueal

As sondas de aspiração traqueal são materiais de **uso único**, indicados para a remoção de secreções em pacientes com vias aéreas artificiais ou comprometimento da mecânica respiratória, sendo vedada sua reutilização.

Com base no consumo médio mensal histórico, estimou-se a necessidade de:

11.000 (onze mil) unidades de sonda de aspiração traqueal nº 12;

17.600 (dezessete mil e seiscentas) unidades de sonda de aspiração traqueal nº 14.

Os quantitativos refletem o consumo real observado, projetado para 10 meses, acrescido de margem técnica para cobertura de variações assistenciais.

6.1.2 Coletores de secreção (bronquinhos)

Os coletores de secreção são utilizados como dispositivos intermediários no processo de aspiração, contribuindo para a contenção de aerossóis e redução da exposição ambiental e ocupacional da equipe multiprofissional.

O consumo médio mensal observado foi projetado para o período de 10 meses, resultando na estimativa de **700 (setecentas) unidades**, quantitativo compatível com o uso assistencial e com os critérios de biossegurança aplicáveis.

6.2 Materiais para fixação e estabilização de vias aéreas artificiais

6.2.1 Fixadores para tubo endotraqueal e cânula de traqueostomia

Os fixadores são essenciais para a estabilização segura dos dispositivos de via aérea, prevenindo deslocamentos acidentais, lesões cutâneas e intercorrências assistenciais.

Com base no consumo médio mensal histórico e na projeção para 10 meses, estimou-se a necessidade de:

2.200 (dois mil e duzentos) fixadores para tubo endotraqueal;

1.300 (mil e trezentos) fixadores para cânula de traqueostomia, considerando arredondamento técnico para garantia de margem operacional.

6.3 Cânulas de traqueostomia com cânula interna

As cânulas de traqueostomia com cânula interna removível oferecem melhores condições de higienização, menor risco de obstrução e maior segurança clínica, especialmente em pacientes com elevada produção de secreções.

O dimensionamento foi realizado por tamanho, com base no consumo mensal histórico e na projeção assistencial, resultando nos seguintes quantitativos:

70 unidades – tamanho 7,0 mm;

140 unidades – tamanho 7,5 mm;

140 unidades – tamanho 8,0 mm;

140 unidades – tamanho 8,5 mm.

Os quantitativos incluem ajustes técnicos para cobertura de variações de demanda e pronta reposição em situações de intercorrência assistencial.

6.4 Filtros HMEF

Os filtros HMEF para tubo endotraqueal e para traqueostomia são dispositivos descartáveis destinados à umidificação dos gases respiratórios, filtração bacteriológica e viral e redução da formação de condensado nos circuitos respiratórios.

Com base no consumo médio mensal histórico, projetado para 10 meses, estimou-se a necessidade de:

2.580 (dois mil quinhentos e oitenta) filtros HMEF para tubo endotraqueal - adulto;
180 (cento e oitenta) filtros HMEF para traqueostomia - adulto, considerando margem técnica de segurança.

6.5 Dispositivos para treinamento muscular respiratório

Os dispositivos para treinamento muscular inspiratório e expiratório não constam na planilha de consumo mensal histórico por se tratarem de materiais de **uso terapêutico específico**, com baixa rotatividade e indicação clínica individualizada.

Os quantitativos foram definidos com base em estimativa assistencial do serviço, considerando a demanda prevista:

10 unidades de dispositivo para treinamento muscular inspiratório;

8 unidades de dispositivo para treinamento muscular expiratório.

6.6 Conclusão do dimensionamento

Os quantitativos definidos no presente processo apresentam correlação direta com a demanda assistencial real, fundamentada no consumo médio mensal histórico dos materiais, devidamente projetado para um período de 10 (dez) meses, e compatibilizada com a capacidade instalada do Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia (HRTVM).

Atualmente, a unidade dispõe de 29 (vinte e nove) leitos de Unidade de Terapia Intensiva, 5 (cinco) leitos de semi-intensiva, 42 (quarenta e dois) leitos de Clínica Médica, 17 (dezessete) leitos de Unidade de Pronto Atendimento (UPI) e 36 (trinta e seis) leitos de Clínica Cirúrgica, setores que concentram pacientes com maior risco de comprometimento respiratório e demanda frequente por manejo de vias aéreas, aspiração de secreções e uso de dispositivos de suporte ventilatório.

O dimensionamento considerou, ainda, o perfil epidemiológico dos pacientes atendidos, a rotatividade dos leitos, a sazonalidade das doenças respiratórias e as boas práticas de biossegurança e controle de infecções relacionadas à assistência à saúde, especialmente no que se refere ao uso de materiais descartáveis e à necessidade de trocas frequentes.

Dessa forma, os quantitativos estimados mostram-se proporcionais à estrutura assistencial existente, tecnicamente justificados, acompanhados de memória de cálculo e dados de suporte, atendendo ao disposto no art. 18, §1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021 e às orientações dos órgãos de controle, afastando a adoção de estimativas genéricas ou dissociadas da realidade assistencial da unidade.

7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

7.1 Metodologia adotada para estimativa de preços

A estimativa do valor da presente contratação foi elaborada em observância ao art. 23 da Lei nº 14.133/2021, com base em pesquisa mercadológica formal regularmente realizada e juntada aos autos, consubstanciada no Relatório de Pesquisa de Preços (ID 39720704) e na Justificativa da Metodologia para Obtenção do Preço Estimado (ID 39720789).

As fontes consultadas seguiram a prioridade prevista na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, com predominância de contratações similares promovidas por órgãos públicos e registros obtidos em banco oficial de preços, mediante pesquisa por item correspondente ao objeto pretendido.

Conforme a justificativa metodológica acostada aos autos, a formação do preço estimado ocorreu em duas etapas:
a) levantamento dos preços para composição de cesta de valores aceitáveis; e
b) análise crítica dos preços coletados.

Para definição do valor médio de cada item, foi utilizada média aritmética simples após aplicação de média saneada, com análise estatística dos preços obtidos, considerando-se desvio padrão, coeficiente de variação e limites inferior e superior da amostra, de modo a permitir a exclusão técnica de valores excessivamente discrepantes ou inexequíveis, quando cabível.

Assim, os valores unitários estimados abaixo indicados decorrem de critérios objetivos, metodologia reconhecida e suporte documental constante dos autos.

7.2 Memória de cálculo resumida

O valor global estimado da contratação foi obtido mediante a seguinte fórmula:

Valor global estimado = somatório dos produtos entre o quantitativo estimado de cada item e o respectivo valor unitário obtido na pesquisa mercadológica.

7.3 Demonstrativo do valor estimado da contratação

Item	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado (R\$)	Subtotal (R\$)
1	Sonda de aspiração traqueal nº 12	11.000	1,00	11.000,00
2	Sonda de aspiração traqueal nº 14	17.600	1,02	17.952,00
3	Coletor de secreção	700	18,80	13.160,00

	(bronquinho) 40 mL			
4	Fixador para tubo endotraqueal	2.200	14,93	32.846,00
5	Fixador para cânula de traqueostomia	1.300	9,09	11.817,00
6	Cânula de traqueostomia c/ cânula interna - 7,0 mm	70	87,60	6.132,00
7	Cânula de traqueostomia c/ cânula interna - 7,5 mm	140	87,61	12.265,40
8	Cânula de traqueostomia c/ cânula interna - 8,0 mm	140	87,55	12.257,00
9	Cânula de traqueostomia c/ cânula interna - 8,5 mm	140	88,77	12.427,80
10	Filtro bacteriano HMEF para tubo endotraqueal - adulto	2.580	9,43	24.329,40
11	Filtro para traqueostomia - adulto	180	9,19	1.654,20
12	Dispositivo para treinamento muscular inspiratório	10	796,25	7.962,50
13	Dispositivo para treinamento muscular expiratório	8	850,00	6.800,00

7.4 Valor global estimado

Com base na pesquisa mercadológica consolidada constante dos autos, o valor global estimado da contratação corresponde a:

R\$ 170.603,30 (cento e setenta mil, seiscentos e três reais e trinta centavos).

7.5 Observações técnicas

Os valores acima possuem natureza estimativa e referencial, servindo ao planejamento da contratação, à reserva orçamentária e à aferição de vantajosidade, podendo sofrer variação em razão da disputa no certame licitatório.

A estimativa apresentada está lastreada em pesquisa mercadológica formal, com pluralidade de referências, identificação das contratações utilizadas e metodologia expressamente justificada nos autos, permitindo a rastreabilidade dos dados e a conferência pelos órgãos de controle.

7.6 Conclusão da estimativa

A estimativa do valor da contratação mostra-se compatível com os quantitativos projetados neste Estudo Técnico Preliminar, aderente aos preços praticados no mercado institucional e suficiente para subsidiar a regular instrução processual, em conformidade com os arts. 18 e 23 da Lei nº 14.133/2021.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Nos termos dos arts. 40, inciso V, alínea "b", e 47 da Lei nº 14.133/2021, procedeu-se à análise quanto à viabilidade de parcelamento do objeto, bem como da forma mais vantajosa de disputa para a Administração Pública.

Após reavaliação técnica do objeto, conclui-se que a presente contratação deverá ocorrer de forma **parcelada, com critério de julgamento pelo menor preço por item**, considerando que a demanda é composta por **13 (treze) itens distintos**, com características próprias, finalidades específicas e possibilidade de fornecimento por diferentes empresas do ramo.

Os itens abrangem materiais diversos relacionados ao manejo das vias aéreas e assistência respiratória, incluindo sondas de aspiração traqueal, coletores de secreção, dispositivos de fixação, cânulas de traqueostomia, filtros respiratórios e dispositivos para treinamento muscular respiratório, não se caracterizando como objeto indivisível nem havendo dependência técnica obrigatória entre todos os itens.

A adoção do parcelamento por item revela-se mais adequada pelos seguintes fundamentos:

a) ampliação da competitividade, com maior participação de fornecedores especializados em segmentos específicos;

b) incremento da disputa econômica entre licitantes, favorecendo a obtenção de propostas mais vantajosas;

c) possibilidade de adjudicação independente de cada item, evitando prejuízo global ao certame em caso de fracasso pontual de item específico;

d) racionalização da gestão de estoques e futuras reposições, permitindo melhor planejamento de abastecimento;

e) atendimento ao princípio do parcelamento quando tecnicamente viável e economicamente recomendável.

A padronização institucional dos materiais será preservada por meio das especificações técnicas mínimas previstas no Termo de Referência, requisitos de qualidade, exigências regulatórias e critérios de aceitabilidade definidos no instrumento convocatório.

Desse modo, conclui-se que a contratação **parcelada, com julgamento pelo menor preço por item**, mostra-se a solução mais eficiente, econômica, competitiva e aderente ao interesse público.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS

No momento, não há contratações correlatas em execução que interfiram diretamente no objeto do presente processo.

Os materiais ora pleiteados possuem caráter complementar e contínuo à assistência respiratória, destinando-se à reposição regular de insumos de consumo utilizados no manejo das vias aéreas e no controle de aerossóis, não havendo sobreposição ou conflito com outros contratos vigentes.

10. ALINHAMENTO COM O PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES (PAC)

10.1 A presente contratação encontra-se devidamente alinhada ao planejamento institucional, tendo origem no Documento de Formalização da Demanda (DFD) nº 21/2025, elaborado pela área requisitante Farmácia do Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia – HRTVM, unidade vinculada à UASG 927052, com previsão de conclusão da contratação até 31/10/2026.

A demanda refere-se à aquisição de produtos para saúde, destinados ao abastecimento regular da unidade hospitalar, considerando que os itens solicitados integram a padronização da Rede SESAP e são imprescindíveis para o tratamento e manejo de pacientes hospitalizados, inclusive em atendimentos de urgência e emergência, conforme expressamente consignado no DFD nº 21/2025 (id 39022262).

10.2 Os itens pretendidos enquadram-se, conforme detalhamento constante no DFD nº 21/2025, nas classes administrativas de Instrumentos, Equipamentos e Suprimentos Médicos e Cirúrgicos e de Vestuário Hospitalar e Itens Correlatos de Finalidades Especiais, sendo plenamente compatíveis com a natureza do objeto da contratação e com as necessidades assistenciais da unidade hospitalar.

Ressalta-se que tais classificações correspondem a produtos para saúde, não havendo caracterização de aquisição de mobiliário ou de objetos estranhos à finalidade assistencial do processo.

10.3 Dessa forma, resta evidenciado que a contratação observa o princípio do planejamento, encontra-se em consonância com o Plano Anual de Contratações, e guarda aderência com os instrumentos formais de planejamento da Administração, nos termos do art. 11 da Lei nº 14.133/2021, assegurando a regularidade, a rastreabilidade e a coerência entre a demanda formalizada, o objeto pretendido e os atos subsequentes do processo licitatório.

11. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A aquisição dos materiais de consumo destinados ao manejo das vias aéreas e à coleta de secreções respiratórias visa alcançar resultados assistenciais, operacionais e administrativos, alinhados às boas práticas de segurança do paciente e às diretrizes de controle de infecções relacionadas à assistência à saúde.

11.1 Melhoria da segurança do paciente e da equipe assistencial

A disponibilização contínua de sondas de aspiração, coletores de secreção, filtros bacteriológicos/virais, fixadores e cânulas de traqueostomia adequadas contribui para:

execução segura dos procedimentos respiratórios;

redução do risco de contaminação cruzada e exposição ocupacional;

prevenção de eventos adversos relacionados a deslocamento de vias aéreas artificiais e falhas no manejo respiratório.

11.2 Qualificação dos processos assistenciais no âmbito do SUS

Os insumos propostos são essenciais para a efetividade da assistência respiratória em pacientes críticos e clínicos, estando alinhados aos objetivos da Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP), instituída pela Portaria MS nº 3.390/2013, especialmente no que se refere à:

segurança do paciente;

resolutividade assistencial;

integralidade do cuidado.

11.3 Otimização de recursos materiais e humanos

A adequada provisão dos materiais de consumo possibilita:

redução de intercorrências assistenciais;

racionalização do tempo de atuação das equipes multiprofissionais;
maior previsibilidade de consumo e custos;
diminuição de desperdícios e retrabalho decorrentes de falhas de suprimento.

11.4 Padronização técnica do cuidado respiratório

A contratação contribui para a padronização dos insumos utilizados na assistência respiratória, fortalecendo protocolos institucionais, rastreabilidade dos materiais e conformidade com normas técnicas e sanitárias vigentes.

Assim, os resultados pretendidos envolvem não apenas desfechos assistenciais, mas também eficiência administrativa, previsibilidade orçamentária e redução de riscos sanitários, em consonância com os arts. 5º, 11 e 14 da Lei nº 14.133/2021.

12. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Para a adequada execução do objeto, foram identificadas as seguintes providências prévias:

12.1 Capacitação técnica das equipes

As equipes de fisioterapia, enfermagem e demais profissionais assistenciais do HRTVM já possuem capacitação contínua relacionada ao manejo das vias aéreas, aspiração de secreções e cuidados com pacientes críticos, em conformidade com:

RDC ANVISA nº 7/2010;

RDC ANVISA nº 36/2013 (Programa de Segurança do Paciente).

12.2 Adequação da infraestrutura assistencial

A utilização dos materiais de consumo ora pleiteados não requer adaptações estruturais, uma vez que:

o hospital dispõe de infraestrutura assistencial adequada;

os insumos são compatíveis com os equipamentos e dispositivos já existentes;

os ambientes assistenciais atendem às normas sanitárias vigentes.

12.3 Gestão de estoque e logística

O setor de suprimentos deverá assegurar:

controle de entrada, uso e reposição dos materiais;

rastreabilidade dos insumos críticos;

planejamento de reposição conforme consumo histórico e sazonalidade.

Tais medidas atendem às boas práticas de gestão de produtos para saúde e às normas da ANVISA aplicáveis.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação apresenta impacto ambiental considerado baixo a moderado, plenamente passível de controle por meio das rotinas institucionais já existentes.

13.1 Resíduos gerados

Os materiais descartáveis enquadram-se como Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), conforme RDC ANVISA nº 222/2018, devendo ser manejados por meio de:

segregação adequada no ponto de geração;

condicionamento e coleta interna conforme PGRSS;

destinação final por empresa contratada pela SESAP.

13.2 Sustentabilidade e controle de impactos

Embora envolva materiais descartáveis, a correta utilização e o planejamento de consumo contribuem para:

redução de desperdícios;

uso racional de recursos hospitalares;

mitigação de impactos ambientais associados a falhas assistenciais e retrabalho.

13.3 Conformidade legal

A contratação está em conformidade com:

Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);

RDC ANVISA nº 222/2018;

Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) do HRTVM.

Dessa forma, os impactos ambientais são conhecidos, mensuráveis e adequadamente gerenciados, não constituindo

14. ANÁLISE DE RISCOS

Risco 1	- Imperfeição na descrição do objeto
Probabilidade:	- Baixo
Impacto:	- Alto
Dano:	- Impossibilidade de contratação - Falta do item nas unidades - Atraso no processo de contratação
Ação preventiva:	- Capacitação da equipe para elaboração do ETP - Normatizar revisão do conteúdo do processo
Responsável:	- Setor Demandante
Ação de contingência:	- Refazer o Termo de Referência (TR)
Responsável	- Setor Demandante
Risco 2	- Erro do item na pesquisa de preço
Probabilidade:	- Baixa
Impacto:	- Alto
Dano:	- Itens desertos ou fracassados
Ação preventiva:	- Definir procedimentos diligenciados para sanar dúvidas
Responsável:	- Pesquisa mercadológica
Ação de contingência:	- Elaborar nova pesquisa
Responsável	- Setor responsável pela pesquisa de preços
Risco 3	- Impugnações ou interposição de recurso
Probabilidade:	- Média
Impacto:	- Alto
Dano:	- Atraso no processo de contratação. - Suspensão da contratação. - Impossibilidade de contratação.
Ação preventiva:	- Analisar e esclarecer buscando nos repositórios legais e jurisprudenciais os elementos de sustentação da contratação.
Responsável:	- Equipe de contratação
Ação de contingência:	- Corrigir as possíveis falhas e/ou inconformidades no instrumento de contratação.
Responsável	- Equipe de Planejamento da Contratação
Risco 4	- Entrega de item em inconformidade com o licitado
Probabilidade:	- Baixo
Impacto:	- Alto
Dano:	- Oferta de itens com qualidade inferior a exigida na entregues. - Falta de efetividade da contratação.

Ação preventiva:	- Capacitação de equipe de recebimento/fiscalização e gestão contratual.
Responsável:	- Equipe de recebimento e fiscalização de contrato
Ação de contingência:	- Conferir o item recebido aferindo os requisitos exigidos no contrato.
Responsável	- Equipe de recebimento
Risco 5	- Interrupção da execução contratual ou rescisão do contrato
Probabilidade:	- Média
Impacto:	- Alto
Dano:	- Descontinuidade dos serviços hospitalares
Ação preventiva:	- Iniciar novo processo de contratação. - Notificar fornecedor.
Responsável:	- Equipe Demandante
Ação de contingência:	- Proceder com outras alternativas para aquisição do item.
Responsável	- Equipe Demandante
Risco 6	- Excesso de demandas nos trâmites administrativos;
Probabilidade:	- Alta
Impacto:	- Médio
Dano:	- Atraso na prestação de serviços aos usuários
Ação preventiva:	- Realizar os ETP e elaborar o Termo de Referência após a finalização do processo anterior, a fim de ter tempo suficiente para a tramitação do processo.
Responsável:	- Equipe Demandante
Ação de contingência:	- Proceder com resposta objetiva e prudencial a fim de sanar a morosidade do processo.
Responsável	- Equipe demandante / Setor de compras / Licitação e contratos.
Risco 7	- Empresas sem qualificação e/ou não habilitadas participando da licitação
Probabilidade:	- Alto
Impacto:	- Alto
Dano:	- Contratação de empresa incapaz de executar o contrato, com consequente não obtenção do objeto contratado e descumprimento, pela contratada, das obrigações previstas em legislação específica e no contrato
Ação preventiva:	- A equipe de planejamento da contratação, inclui no edital exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, bem como as demais condições dispostas nas normativas vigentes.
Responsável:	- Equipe de Planejamento da Contratação
Ação de contingência:	- A autoridade competente, ao verificar que o participante adjudicado não comprovou as exigências do edital, não realiza a homologação e remete o

	processo ao Pregoeiro
Responsável	- Equipe de Planejamento da Contratação/Pregoeiro
Risco 8	- Licitação fracassada ou deserta
Probabilidade:	- Média
Impacto:	- Alto
Dano:	- Demora no processo de contratação, gerando prejuízos ao andamento das atividades da Administração
Ação preventiva:	- Inclusão de pré-requisitos dos licitantes e características dos produtos que forem essenciais ao objeto da licitação
Responsável:	- Equipe de Planejamento da Contratação
Ação de contingência:	- Repetição da licitação com a devida revisão dos motivos que originaram o seu fracasso
Responsável	- Equipe de Planejamento da Contratação
Risco 9	- Os gestores e fiscais dos contratos atuam sem nomeação formal
Probabilidade:	- Baixa
Impacto:	- Alto
Dano:	- Questionamento da legitimidade dos atos praticados na gestão contratual, com consequente impossibilidade de responsabilizar as partes do contrato e os agentes públicos que atuaram sem delegação formal
Ação preventiva:	- Autoridade competente nomeia previamente ao início da execução contratual os representantes da organização que atuarão na gestão e fiscalização do contrato, assim como seus substitutos eventuais
Responsável:	- Equipe de Planejamento da Contratação
Ação de contingência:	- Autoridade competente identifica os gestores e fiscais de contratos que estão atuando sem portaria e emite tal documento imediatamente
Responsável	- Equipe de Planejamento da Contratação
Risco 10	- O Fornecedor não dispor do item licitado
Probabilidade:	- Baixa
Impacto:	- Médio
Dano:	- Objeto não recebido - Erro no recebimento do objeto - Frustração do setor demandante - Danos ao erário.
Ação preventiva:	- Equipe de planejamento da contratação inclui no TR as diretrizes que nortearão o recebimento dos objetos; devendo a equipe responsável verificar, no prazo fixado, a conformidade dos itens recebidos provisoriamente com as especificações constantes dos instrumentos e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo
Responsável:	- Equipe de Planejamento da Contratação
Ação de	- Gestores e fiscais do contrato responsáveis, recusam o recebimento.

contingência:	- Verificar possível troca por item compatível
Responsável	- Gestores de Contrato
Risco 11	- Ausência de fiscalização no recebimento do objeto
Probabilidade:	- Baixa
Impacto:	- Média
Dano:	- Ocorrência de distorções e ou/ recebimento de objeto diverso do solicitado, danificado ou com características inferiores a licitada
Ação preventiva:	- Equipe de planejamento e demandante inclui no TR a previsão de análise e acompanhamento do objeto, por equipe capacitada, com prazos estipulados para recebimento provisório e definitivo.
Responsável:	- Equipe de Planejamento da Contratação - Setor Demandante
Ação de contingência:	Autoridade competente deve capacitar gestores e fiscais do contrato para realizarem um melhor controle do contrato, para uma fiscalização mais efetiva
Responsável	- Equipe de Planejamento da Contratação
Risco 12	- Mensuração incorreta dos preços cotados
Probabilidade:	- Baixa
Impacto:	- Alto
Dano:	- Elevação dos custos decorrentes do incorreto levantamento dos preços mensurados
Ação preventiva:	- Definir procedimentos de revisão para sanar ocorrências.
Responsável:	- Equipe de Planejamento da Contratação
Ação de contingência:	- Nova pesquisa de preços deverá ser realizada para aferição dos valores apresentados.
Responsável	- Equipe de Planejamento da Contratação - Pesquisa mercadológica

15. PARECER CONCLUSIVO - VIABILIDADE

Após análise detalhada dos aspectos técnicos, operacionais, econômicos, assistenciais, sanitários, ambientais e jurídicos, conclui-se que a contratação é viável, necessária e vantajosa para a Administração Pública, atendendo ao interesse público e à continuidade dos serviços de saúde.

15.1 Viabilidade técnica

Os materiais de consumo objeto da contratação — incluindo insumos para manejo das vias aéreas, aspiração de secreções respiratórias, controle de aerossóis, fixação de dispositivos de via aérea e suporte à terapia respiratória — são amplamente utilizados na prática clínica, estando em conformidade com normas técnicas e sanitárias vigentes.

Os itens apresentam aderência plena às necessidades assistenciais do HRTVM, sendo indispensáveis para a execução segura dos procedimentos respiratórios em pacientes críticos e clínicos, conforme protocolos institucionais e boas práticas de segurança do paciente.

15.2 Viabilidade operacional

A unidade hospitalar dispõe de infraestrutura assistencial adequada para a utilização dos materiais, não sendo necessárias adaptações estruturais ou tecnológicas.

As equipes multiprofissionais encontram-se devidamente capacitadas para o uso dos insumos, e os fluxos operacionais de suprimento, armazenamento, distribuição e descarte já estão estabelecidos, não havendo barreiras logísticas ou operacionais para a execução imediata da contratação.

15.3 Viabilidade econômica

A contratação de materiais de consumo, dimensionados com base no consumo médio mensal histórico projetado para 10 (dez) meses, mostra-se economicamente adequada, compatível com a demanda assistencial e com os preços praticados no mercado institucional.

A estimativa de valores foi fundamentada em referências históricas, propostas comerciais e contratações públicas similares, atendendo aos princípios da razoabilidade, economicidade e planejamento, sem prejuízo da posterior realização da pesquisa mercadológica formal pelo setor competente.

15.4 Viabilidade jurídica

- A contratação observa os dispositivos da Lei nº 14.133/2021, em especial:
- art. 5º (princípios da legalidade, eficiência, planejamento e economicidade);
 - art. 11 (planejamento das contratações);
 - art. 18 (Estudo Técnico Preliminar);
 - art. 23 (estimativa e pesquisa de preços).

O processo encontra-se devidamente instruído com justificativa da necessidade, descrição da solução, análise de alternativas, estimativa de quantidades, estimativa de preços, alinhamento com o Plano Anual de Contratações e avaliação de impactos ambientais, mantendo coerência com o dever de continuidade do serviço público e com o interesse público primário.

15.5 Conclusão

Diante do exposto, conclui-se que a aquisição dos materiais de consumo destinados ao manejo das vias aéreas:

- é tecnicamente adequada;
- é operacionalmente exequível;
- é economicamente razoável e vantajosa;
- é juridicamente segura;
- contribui para a qualidade e segurança da assistência;
- reduz riscos sanitários e assistenciais;
- fortalece a resolutividade hospitalar.

Assim, opina-se favoravelmente pela continuidade do processo de contratação, com base no presente Estudo Técnico Preliminar.

Referência: Processo nº 00611137.000001/2026-40	SEI nº 40765645
--	-----------------

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

(SEI ID Nº [40045428](#))

Minuta de

Contrato

Processo nº 00611137.000001/2026-40

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA
HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO DE VASCONCELOS MAIA – HRTVM
Rua Projetada, S/N, Aeroporto, CEP 59607-100, Mossoró/RN
Telefone: (84) 3315-3380 – <http://www.saude.gov.br>

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº _xx_/2026 – HRTVM

Pregão Eletrônico nº 9000x_/2026.

Processo SEI nº 00611137.000001/2026-40.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA - SESAP/RN, POR INTERMÉDIO DO HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO DE VASCONCELOS MAIA - HRTVM E A EMPRESA _____ COM OBJETIVO DE: AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA O MANEJO DE VIAS AÉREAS, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DO SETOR DE FISIOTERAPIA DESTA UNIDADE HOSPITALAR.

O Estado do Rio Grande do Norte, através da Secretaria de Estado da Saúde Pública - SESAP/RN (Órgão da Administração Direta), por intermédio do **HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO DE VASCONCELOS MAIA - HRTVM**, inscrito no **CNPJ** sob o nº **08.241.754/0104-50**, com sede na **Rua Projetada S/N, Aeroporto, CEP 59607-100, Mossoró/RN**, neste ato representado pelo(a) Sr(a). **ANA KARINA DA SILVA FREIRE NÓBREGA DE ARAÚJO, Diretor(a) de Unidade de Saúde (DUS I) SESAP/RN - Matrícula nº 250.546-0**, com atribuições de **Diretor(a) Geral**, nomeada por Ato Público do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, publicado no Diário Oficial do Estado - DOE/RN nº 15.855, de 19 de fevereiro de 2025, republicado por incorreção no DOE/RN nº 15.872, de 18 de março de 2025, de agora em diante denominado **CONTRATANTE** e a Empresa _____, inscrita no **CNPJ** sob o nº ____/____, com sede na **Rua/Av. _____, nº __, Bairro _____, CEP ____-__, Cidade _____/____**, representada por seu Sócio-administrador/Titular/Procurador o(a) Sr(a). _____, aqui denominada apenas **CONTRATADA**, consoante as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos, do Decreto Estadual nº 32.449/2023, e da Lei nº 8.078/ 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº **9000x_/2026**, do tipo **Menor Preço por Item**, mediante as cláusulas e condições abaixo pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto a **Aquisição de material médico-hospitalar para o manejo de vias aéreas**, destinados ao abastecimento do **Setor de Fisioterapia** para utilização nas Unidades de Terapia Intensiva - UTIs e também nas Enfermarias do **Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia - HRTVM**.

1.2. Objeto da Contratação:

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / APRESENTAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
1	-	Sonda de aspiração traqueal nº 12 Sonda estéril descartável para aspiração de secreções traqueais, confeccionada em PVC atóxico, flexível, com orifícios laterais e conector universal, indicada para aspiração de vias aéreas. MARCA/MOD: _____.	Unidade	11.000	-	-
2	-	Sonda de aspiração traqueal nº 14 Sonda estéril descartável para aspiração de secreções traqueais, confeccionada em PVC atóxico, flexível, com orifícios laterais e conector universal, indicada para aspiração de vias aéreas. MARCA/MOD: _____.	Unidade	17.600	-	-
3	-	Coletor de secreção (bronquinho) 40 mL Coletor de secreção tipo bronquinho, capacidade aproximada de 40 mL, estéril ou não estéril conforme uso, com conexões padrão para sistema de aspiração hospitalar. MARCA/MOD: _____.	Unidade	700	-	-
4	-	Fixador para tubo endotraqueal Dispositivo para fixação segura de tubo endotraqueal, confeccionado em material macio e ajustável, que permita estabilização do tubo e redução de risco de extubação acidental. MARCA/MOD: _____.	Unidade	2.200	-	-
	-	Fixador para cânula de traqueostomia Dispositivo para fixação de cânula de traqueostomia, confeccionado em material				

5		confortável e resistente, ajustável, que assegure estabilidade da cânula e conforto ao paciente. MARCA/MOD: _____.	Unidade	1.300		
6		Cânula de traqueostomia c/ cânula interna - 7,0 mm Cânula de traqueostomia com cânula interna removível, diâmetro interno de 7,0 mm, confeccionada em material biocompatível, estéril, indicada para manutenção de vias aéreas artificiais. MARCA/MOD: _____.	Unidade	70		
7		Cânula de traqueostomia c/ cânula interna - 7,5 mm Cânula de traqueostomia com cânula interna removível, diâmetro interno de 7,5 mm, confeccionada em material biocompatível, estéril, indicada para manutenção de vias aéreas artificiais. MARCA/MOD: _____.	Unidade	140		
8		Cânula de traqueostomia c/ cânula interna - 8,0 mm Cânula de traqueostomia com cânula interna removível, diâmetro interno de 8,0 mm, confeccionada em material biocompatível, estéril, indicada para manutenção de vias aéreas artificiais. MARCA/MOD: _____.	Unidade	140		
9		Cânula de traqueostomia c/ cânula interna - 8,5 mm * Cânula de traqueostomia com cânula interna removível, diâmetro interno de 8,5 mm, confeccionada em material biocompatível, estéril, indicada para manutenção de vias aéreas artificiais. MARCA/MOD: _____.	Unidade	140		
10		Filtro bacteriano HMEF para tubo endotraqueal - adulto Filtro bacteriano e viral do tipo HMEF, para uso adulto, destinado a aquecimento, umidificação e filtragem do ar em pacientes com via aérea artificial. MARCA/MOD: _____.	Unidade	2.580		
11		Filtro para traqueostomia - adulto Filtro para traqueostomia, uso adulto, destinado à proteção das vias aéreas, retenção de partículas e auxílio na umidificação do ar inspirado. MARCA/MOD: _____.	Unidade	180		
12		Dispositivo para treinamento muscular inspiratório Dispositivo destinado ao treinamento muscular inspiratório, com carga ajustável, utilizado em reabilitação respiratória para fortalecimento da musculatura inspiratória. MARCA/MOD: _____.	Unidade	10		
		Dispositivo para treinamento muscular expiratório Dispositivo destinado ao treinamento				

13	muscular expiratório, com resistência ajustável, utilizado em reabilitação respiratória para fortalecimento da musculatura expiratória. MARCA/MOD: _____.	Unidade	8	
TOTAL GERAL R\$				-

* Valor adotado por similaridade técnica, considerando mesma família de produto, com variação apenas de diâmetro.

1.3. Vinculam esta contratação, aos documentos abaixo elencados, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2. O Edital do Pregão Eletrônico identificado no preâmbulo;

1.3.3. A Proposta de Preços da empresa;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. A contratação objeto deste instrumento contratual é celebrada com base no resultado homologado pela autoridade competente (**Diretor(a) Geral**) em __/__/__, e adjudicação do Certame Licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico nº 9000x_/2026**, tipo **Menor Preço por item**, regido pelos ditames da **Lei Federal nº 14.133/2021**, do **Decreto Estadual nº 32.449/2023**, e alterações posteriores, bem como pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos, as disposições de direito privado e, em especial, o **Código Civil - Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002, e o **Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078**, de 11 de setembro de 1990, no âmbito do **Processo SEI nº 00611137.000001/2026-40**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência da contratação é de **01 (um) ano**, com validade a partir da data de sua assinatura, com eficácia a partir da sua publicação e com vigência de **__x_/__x_/2026** até **__x_/__x_/2027**, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do disposto nos artigos 106 e 107, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR

4.1. Ao presente instrumento contratual é atribuído o valor estimativo total de **R\$ __. __, __** (_____), a serem distribuídos em **03 (três)** parcelas dimensionadas, sendo a **1ª (primeira)** no valor estimativo de **R\$ __. __, __** (_____), a **2ª (segunda)** no valor estimativo de **R\$ __. __, __** (_____) e a **3ª (terceira)** no valor estimativo de **R\$ __. __, __** (_____).

4.1.2. O valor constante do item acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias, diretas e indiretas, decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, fretes, seguros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da execução deste contrato, serão custeadas com recursos oriundos de créditos orçamentários consignados à CONTRATANTE, para o exercício vigente **2026**, conforme a classificação orçamentária abaixo detalhada:

Unidade Gestora: 241316 - Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia - HRTVM

Classificação Funcional Programática: 24.131.10.302.0303 - 238201 - Manutenção das Unidades Hospitalares e de Referências.

Natureza da Despesa: 3.3.90.30-36 - Material hospitalar, exceto medicamentos.

Fonte de Recurso: 0.5.00.000000 - Recursos não vinculados de impostos.

5.2. As despesas para os exercícios subsequentes, *quando for o caso*, serão alocadas à dotação orçamentária prevista para atendimento da mesma finalidade do objeto, a ser consignada à CONTRATANTE após aprovação da respectiva Lei Orçamentária Anual - LOA, e, a liberação dos créditos orçamentários correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) pela Unidade Gestora/Orçamentária requisitante SESAP/RN - HOSPITAL REGIONAL TARCISIO DE VASCONCELOS MAIA ou pelo (Fundo Estadual de Saúde - FES), conforme o caso, através do domicílio bancário (*banco, agência e conta bancária*) vinculado ao CNPJ da empresa indicado no ato da apresentação da proposta e/ou da assinatura da ata, e que será devidamente registrado na cláusula própria de cada contrato firmado, para entrega do objeto a que se destine, no prazo máximo de **30 (trinta) dias** a contar da data em que for atestado o

fornecimento que não poderá ultrapassar o prazo de **05 (cinco) dias corridos**, contados da data da entrega total dos produtos contratados/empenhados.

6.2. Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal ou documento congênere, todas as certidões relacionadas nos incisos II a V do artigo 68 da Lei de Licitações, que consistirá em:

6.2.1. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente, na forma da lei;

6.2.3. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994);

6.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011).

6.3. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

6.4. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

6.5. O pagamento não será realizado por meio de cobrança bancária.

6.6. O encaminhamento da Nota de Empenho será feito por meio do e-mail informado na Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA.

6.7. O pagamento será realizado em moeda corrente nacional “real” ou moeda sucedânea, no Banco: _____, Agência: ____-__, C/C: ____-__ // Contato: (____) ____-____ // e-mail: _____.

6.8. Os demais critérios de *pagamento*, bem como os de *recebimento/liquidação* estão dispostos no “Item 8 – Critérios de Pagamento” do Termo de Referência – TR.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

7.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

7.2. No caso de formalização de contrato:

7.2.1. Os preços são fixos e irrevogáveis, pelo prazo de **01 (um)** ano, contado da data do orçamento estimado.

7.2.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste, após o interregno de **01 (um)** ano, aplicando-se como índice de reajuste o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, apurado, nos últimos **12 (doze)** meses, pelo **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de **01 (um)** ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.2.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.2.4.1. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.2.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.2.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.2.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.2.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

8.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação, nos termos do caput do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.1.1. Conforme consta no “caput” do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021 “**A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos**”.

8.1.2. Não obstante a discricionariedade, explícita na legislação, de poder exigir ou não “**prestação de garantia nas contratações**”, a **autoridade competente**, em razão do presente processo ser considerado de baixo vulto financeiro, de baixo nível de complexidade técnica, de baixo risco de execução, e, como forma de ampliar a competitividade e a busca mercadológica, por se tratar de equipamento/produto de pronta entrega, não gerando assim obrigação futura além das garantias previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e no Termo Contratual, bem como

não ter sido identificado outros parâmetros que elevem os cuidados necessários quanto à exigência da prestação de garantia, **opta por não exigir garantia de execução** para a presente contratação.

CLÁUSULA NONA - DA SOLICITAÇÃO, ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1. A(s) solicitação(ões) será(ão) dividida(s), **em até 03 (três) parcelas** dimensionadas de acordo com a necessidade e a critério da CONTRATANTE, pelo **Setor de Fisioterapia** ou **Central de Abastecimento Farmacêutico - CAF**, mediante contato por correio eletrônico ou outro sistema telemático a critério da CONTRATANTE.

9.1.1. A CONTRATADA não poderá se utilizar dessa possibilidade para retardar a entrega, e, no caso de ocorrência, incidirá as penalidades e sanções administrativas.

9.2. O objeto da contratação deverá ser entregue na(s) Unidade(s) Hospitalar(es) abaixo relacionada(s), no horário das **8h00min às 12h00min** de segunda a sexta-feira, sendo o objeto, posteriormente, conferido e atestado pelo(s) servidor(es) competente(s), especialmente designado(s) para este fim:

- Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia - HRTVM, com endereço na **Rua Projetada, S/N, Aeroporto, CEP 59.607-100, Mossoró/RN [Setor: Central de Abastecimento Farmacêutico - CAF, contato: telefone/e-mail (84) 3315-3408 - cafhrtm@gmail.com]**

9.3. O prazo máximo de entrega do objeto licitado será de **20 (vinte) dias**, contados da data da convocação expressa, encaminhada pela CONTRATANTE, juntamente com a Nota de Empenho.

9.3.1. Até **24 (vinte e quatro)** horas anterior ao final do prazo estabelecido para a entrega, a CONTRATADA poderá solicitar à CONTRATANTE, prorrogação, por igual período, do prazo de entrega definido no Contrato, desde que justificada e comprovada as suas alegações. Suspendendo-se o decurso do prazo até a data do recebimento, pela CONTRATADA, da comunicação acerca da decisão da CONTRATANTE de aceitar/acatar, ou não, nova data para a entrega. *A comunicação será realizada pelo servidor especialmente designado para recebimento, acompanhamento e fiscalização do objeto.*

9.4. O(s) equipamento(s)/produto(s) deverá(ão) ser entregue(s) de acordo com as especificações, condições e prazos propostos no Termo de Referência, no Edital, na Proposta de Preços e no instrumento contratual, acondicionado(s) em embalagem(ns) própria(s) que o(s) proteja(m), sem ranhuras ou deformidades, bem como sem nenhum ônus para a CONTRATANTE.

9.4.1. A entrega do(s) equipamento(s)/produto(s) deverá ser de acordo com o especificado no Termo de Referência, no Edital, na Proposta de Preços e no instrumento contratual, tanto na descrição quanto na quantidade e qualidade.

9.4.2. O(s) produto(s) objeto da contratação deve ser de fabricação recente, com prazo de validade não inferior a **12 (doze) meses**, quando da entrega do(s) mesmo(s), ou seja, uma vida útil não inferior ao período de **01 (um) ano** a partir da entrega do(s) produto(s) na unidade solicitante, exceto nos casos previstos em legislação específica.

9.4.3. A Nota Fiscal que acompanha o(s) produto(s) deve conter: Denominação genérica, conforme a Nota de Empenho, e o seu o seu respectivo nome comercial (quando houver), lote, validade, unidade de fornecimento, quantidade, valor unitário, valor total, número do empenho, número do processo e da Ata de Registro de Preços (quando for o caso). Não será aceito nome comercial na Nota Fiscal, caso isso ocorra motivará o não recebimento do(s) produto(s).

9.4.4. É de responsabilidade da CONTRATADA/TRANSPORTADORA a contratação de mão de obra para efetuar a descarga do veículo, separando os produtos por tipo, validade, lotes e acomodar os volumes no palete, *caso a carga esteja paletizada como indicado pelo fabricantes.*

9.4.4.1. A falta de ajudantes acarretará a devolução da entrega, o mesmo ocorrerá se estiverem sem o EPI's;

9.4.4.1.1. Qualquer transação comercial de contratação de ajudante não é de responsabilidade da CONTRATANTE e não pode ocorrer nas instalações do(s) local(is) de recebimento. A CONTRATANTE não realiza nenhuma cobrança para recebimento de cargas, cobranças indevidas podem ser denunciadas pelos canais de ouvidoria do SUS - *pelo preenchimento de formulário no site www.saude.rn.gov.br.*

9.4.4.2. A CONTRATANTE não realiza nenhuma cobrança monetária para recebimento de cargas

9.5. O(s) equipamento(s)/produto(s) será(ão) recebido(s) provisoriamente, *no ato da entrega*, por servidor(es) especialmente designado(s) para efetuar o acompanhamento e a fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, do Edital, da Proposta de Preços e do instrumento contratual.

9.5.1. Não sendo satisfeita as exigências contidas no Termo de Referência, no Edital, na Proposta de Preços e no instrumento contratual, o(s) equipamento(s)/produto(s) será(ão) devolvido(s), no todo ou em parte, devendo ser(em) substituído(s) no prazo máximo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da solicitação de substituição feita pelo servidor designado para acompanhamento e fiscalização do contrato, cabendo à CONTRATADA todos os ônus da devolução e do reenvio do(s) mesmo(s).

9.5.1.1. Caixas violadas ou molhadas, ausência na identificação do lote e validade nos produtos, mesmo que detectados após o recebimento provisório, poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, devendo ser substituídos nos mesmos prazos e condições contidos no subitem anterior, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.6. O(s) equipamento(s)/produto(s) será(ão) recebido(s) definitivamente no prazo máximo de até **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material, e, conseqüentemente da aceitação, mediante *recibo ou termo circunstanciado (quando for o caso).*

9.6.1. Na hipótese da verificação, a que se refere o subitem anterior, não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo

9.6.2. A aceitação do objeto desta licitação somente será efetivada após ter sido o mesmo considerado satisfatório, por

servidor(a), designado(a) especialmente para este fim, ficando a empresa fornecedora obrigada a substituí-lo, em tempo hábil, sempre que ocorrer falha.

9.7. O recebimento e aceitação do objeto pelo CONTRATANTE, não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, assim como por vícios de execução ou desconformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, no Edital, seus anexos e na proposta vencedora, posteriormente verificados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VALIDADE DOS PRODUTOS

10.1 O(s) produto(s) objeto da contratação deve ser de fabricação recente, com prazo de validade não inferior a **12 (doze)** meses, quando da entrega do(s) mesmo(s), ou seja, uma vida útil não inferior ao período de **01 (um)** ano a partir da entrega do(s) produto(s) na unidade solicitante, exceto nos casos previstos em legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

11.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

11.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) de contrato, ou pelos respectivos substitutos;

11.3.1. O(s) representante(s) da Administração, fiscal(is) do contrato, anotará(ão) em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

11.3.2. O(s) fiscal(is) do contrato informará(ão) a seu(s) superior(es), em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência(s) que ultrapasse(m) sua(s) competência(s);

11.4. O CONTRATADO será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;

11.5. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito, sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

11.6. A CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

11.6.1. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Contratante poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

11.7. O acompanhamento e fiscalização da execução do contrato consiste na verificação da conformidade do(s) equipamento(s)/produto(s), de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato e será exercido por representante da Administração, *gestor e fiscal de contrato - ou seu(s) substituto(s)*, especialmente designado(s) na forma do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, observado ainda os termos do art. 7º, e, do inciso III do art. 104, do referido instrumento normativo;

11.7.1. Ficam responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização deste instrumento contratual, os(as) servidores(as) abaixo relacionados/identificados:

Nome do(a) servidor(a)	Matrícula nº	Designação/Função
_____	____-____-__	Gestor(a) - Titular
_____	____-____-__	Gestor(a) Substituto(a) -
_____	____-____-__	Fiscal - Titular
_____	____-____-__	Fiscal Substituto(a) -

11.8. Os demais critérios de *gestão*, bem como as atribuições do *Gestor e Fiscal* do contrato estão dispostos no “Item 7 – Modelo de Gestão do Contrato” do Termo de Referência – TR.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES:

São obrigações e responsabilidades das partes afora outras previstas no presente Contrato, e às que por Lei lhe couberem:

12.1. DA CONTRATANTE:

12.1.1. São obrigações da Contratante:

12.1.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital e seus anexos;

12.1.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.1.1.3. Atestar nas notas fiscais a efetiva entrega do objeto deste Termo, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

12.1.1.4. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

12.1.1.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

12.1.1.6. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

12.1.1.7. Notificar à Contratada, por escrito, as sanções e penalidades quando for o caso.

12.1.1.8. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês, admitida a prorrogação motivada por igual período.

12.2. DA CONTRATADA:

12.2.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

12.2.1.1. efetuar a entrega dos itens em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância às especificações no Termo de Referência e seus anexos, acompanhados da respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, lote, e quantidade;

12.2.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os [artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#);

12.2.1.3. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**;

12.2.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.2.1.5. atender prontamente às exigências da CONTRATANTE, constantes no Edital, inerentes ao objeto da presente licitação;

12.2.1.6. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como seguir a [Lei Estadual nº 10.783, de 22 de outubro de 2020](#), que determina o preenchimento das cotas de aprendizes e de pessoas com deficiência;

12.2.1.7. responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

12.2.1.8. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

12.2.1.9. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.2.2. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;

12.3. A CONTRATADA OBRIGA-SE, ALÉM DAS OBRIGAÇÕES A ELA INERENTES PREVISTAS:

12.3.1 Todos os produtos ofertados deverão ser novos e de primeiro uso e estar na linha de produção atual do fabricante.

12.3.2. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação exigida na licitação.

12.3.3. Entregar os materiais, objeto da presente licitação, no endereço indicado pela Contratante, dentro do prazo constante da proposta, contado desde o recebimento da Nota de Empenho, nas especificações, quantidades e no horário das 08:00 às 12:00 de segunda a sexta-feira.

12.3.4. Responder pelos vícios e defeitos dos materiais e assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações decorrentes da aquisição e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE, na execução do contrato.

12.3.5. Fornecer, na entrega do material, os itens abaixo:

12.3.5.1. O manual de operação/utilização e/ou a bula do produto ofertado, em português.

12.3.6. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos quantitativos dos materiais até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. É expressamente vedada a subcontratação, total ou parcial para execução do objeto contratado ou ainda a cessão ou transferência total ou parcial deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que: sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações e da seguinte forma:

ATO	POSSÍVEL SANÇÃO
Dar causa à inexecução parcial do contrato.	Advertência.
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	Impedimento de licitar e contratar.
Dar causa à inexecução total do contrato.	Impedimento de licitar e contratar.
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.	Impedimento de licitar e contratar.
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.	Impedimento de licitar e contratar.
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.	Impedimento de licitar e contratar.
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.	Impedimento de licitar e contratar.
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 15.2.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 15.2.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 15.2.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 15.2.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 15.2.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.3. A sanção de “**Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**” precedida de análise jurídica, será de **competência exclusiva** do(a) **Secretário(a) Estadual de Saúde**.

15.4. As sanções mencionadas no quadro podem ser aplicadas cumulativamente com a multa.

15.4.1. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas:

15.4.1.1. A sanção por multa, calculada em caso de atraso na entrega do(s) produto(s), será cobrada no valor correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso, podendo chegar até no máximo de 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

cento), calculada sobre o valor total do(s) produto(s)/insumo(s) em mora, limitada a 60 (sessenta) dias.

15.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada (caso tenha sido exigida) ou será cobrada judicialmente.

15.5. A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado a CONTRATANTE.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes, até o art. 136 (Capítulo VII) da Lei nº 14.133/2021.

16.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

17.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

17.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

17.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

17.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

17.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

17.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

17.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

17.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

17.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

17.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.4.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS VEDAÇÕES

18.1. É vedado à CONTRATADA:

18.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

18.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Estadual nº 32.449/2023, e demais normas aplicáveis, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, bem como as normas e princípios gerais dos contratos.

CLAUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

20.1. Incumbirá a CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e ao art. 5º, Parágrafo único, inciso V, da Lei Estadual nº 9.963, de 2015 - Lei de Acesso à Informação - LAI, no âmbito do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte), c/c Decreto Estadual nº 25.399, de 2015.

CLAUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

21.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Mossoró, cidade do Estado do Rio Grande do Norte, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

E para maior firmeza e validade, e como prova de assim haver entre si, ajustado e contratado, é expedido o presente contrato, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo identificadas, dele sendo extraídas as cópias necessárias à sua aprovação e execução.

Mossoró/RN, [data no rodapé com assinatura eletrônica].

(assinado eletronicamente)

Diretor(a) Geral do HRTVM

(assinado eletronicamente)

Representante Legal da CONTRATADA

Testemunhas:

ANEXO III

Modelo da Proposta de Preços Final
Pregão Eletrônico 90006/2026
Processo Administrativo: (00611137.000001/2026-40)

Sr(a). Pregoeiro(a),
Seguindo os ditames editalícios, apresento a V.Sa a nossa proposta de preços para o Pregão Eletrônico 90006/2026 - HRTVM, conforme itens a seguir relacionados, especificados de acordo com Anexo I, do Edital:

Table with 7 columns: Item, Descrição/Especificação, Fabricante/Marca, Unidade de Medida, Quant., V. Unitário, V. Total. It contains three rows with item numbers 01 and two empty rows.

Descrições Técnicas (detalhamento do produto):
Valor total da proposta:
Declaramos que a validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua entrega.
Declaramos expressamente que, no (s) preço (s) acima ofertado (s), estão inclusos todos os custos indiretos tais como: impostos, taxas, fretes, seguros etc.
Prazo de entrega: 00 dias corridos, contado a partir da data da assinatura do contrato ou equivalente.
Informamos ainda que a conta bancária da empresa é no Banco ____, Nº ____, Agência ____, e o nosso telefone para contato é o ____, fax _____ e e-mail_____.

Atenciosamente,
Cidade/UF, 00 de 00 de 2026.

Outro formato de proposta poderá ser aceito, desde que seja mantido o fácil entendimento do documento e os itens solicitados.

[Incluir o texto de cada anexo que precisar constar diretamente no teor do Edital]